



Serena Energia S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de
dezembro de 2024

Índice

BALANÇOS PATRIMONIAIS	4
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	5
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	8
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	9
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	10
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	12
3. GESTÃO DE RISCOS.....	22
4. EVENTOS RELEVANTES OCORRIDOS DURANTE O EXERCÍCIO.....	30
5. AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÕES.....	32
6. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO	36
7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, APLICAÇÕES FINANCEIRAS E CAIXA RESTRITO.....	38
8. CLIENTES.....	39
9. TRIBUTOS A RECUPERAR	41
10. OUTROS CRÉDITOS.....	41
11. INVESTIMENTOS.....	42
12. IMOBILIZADO.....	45
13. INTANGÍVEL.....	48
14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	49
15. FORNECEDORES.....	58
16. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS	59
17. CONTAS A PAGAR AQUISIÇÃO DE EMPRESAS	60
18. OUTRAS OBRIGAÇÕES.....	61
19. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO.....	61
20. PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS.....	63
21. PARTES RELACIONADAS.....	65
22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	68
23. RECEITA.....	70
24. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA.....	72
25. RESULTADO FINANCEIRO.....	72
26. REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES.....	73
27. PROCESSOS JUDICIAIS.....	74
28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	75
29. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO.....	82
30. INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES AOS FLUXOS DE CAIXA.....	82
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	84

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de Reais

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	4.656	65	1.427.974	53.570
Aplicações financeiras	7	-	215	-	896.592
Clientes	8	-	-	576.584	409.319
Tributos a recuperar	9	-	6.593	206.074	107.302
Partes relacionadas	21	5.425	4.688	21.167	38.658
Contratos futuros de energia	28	-	-	369.542	362.133
Outros créditos	10	-	222	226.037	109.111
		10.081	11.783	2.827.378	1.976.685
Não circulante					
Caixa restrito	7	-	-	487.670	231.144
Clientes	8	-	-	41.657	57.519
Tributos a recuperar	9	-	-	35.216	21.829
Partes relacionadas	21	6.665	7.806	73.499	73.522
IRPJ e CSLL diferidos	19	-	-	2.237	1.788
Contratos futuros de energia	28	-	-	402.154	444.456
Outros créditos	10	-	-	94.735	75.943
		6.665	7.806	1.137.168	906.201
Investimentos	11	5.665.773	5.216.394	57.925	968.157
Imobilizado	12	-	-	13.799.785	11.819.939
Intangível	13	-	-	2.339.498	1.387.048
		5.665.773	5.216.394	16.197.208	14.175.144
		5.672.438	5.224.200	17.334.376	15.081.345
Total do ativo		5.682.519	5.235.983	20.161.754	17.058.030

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de Reais

Passivo e Patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Circulante					
Fornecedores	15	1.109	370	292.524	387.295
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	-	1.002	1.906.412	3.204.042
Obrigações trabalhistas e tributárias	16	12.592	13.291	214.103	146.427
Passivos de arrendamentos	20	-	-	15.887	12.289
Partes relacionadas	21	32.821	13.696	-	71
Contratos futuros de energia	28	-	-	276.259	339.771
Contas a pagar aquisição de empresas	17	-	-	78.396	73.248
Outras obrigações	18	279	834	67.601	45.821
		46.801	29.193	2.851.182	4.208.964
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	-	-	9.829.737	6.548.503
Passivos de arrendamentos	20	-	-	351.712	173.629
IRPJ e CSLL diferidos	19	-	-	539.558	73.766
Contratos futuros de energia	28	-	-	158.313	278.304
Contas a pagar aquisição de empresas	17	-	-	105.031	128.372
Outras obrigações	18	682	-	626.000	404.745
		682	-	11.610.351	7.607.319
Total do passivo		47.483	29.193	14.461.533	11.816.283
Patrimônio líquido					
Capital social	22	4.439.360	4.439.360	4.439.360	4.439.360
Ações em tesouraria		(337)	(337)	(337)	(337)
Reservas de capital		176.059	176.123	176.059	176.123
Reservas de lucros		952.452	653.040	952.452	653.040
Ajuste de avaliação patrimonial		67.502	(61.396)	67.502	(61.396)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		5.635.036	5.206.790	5.635.036	5.206.790
Participação dos não controladores	22.5	-	-	65.185	34.957
Total do patrimônio líquido		5.635.036	5.206.790	5.700.221	5.241.747
Total do passivo e patrimônio líquido		5.682.519	5.235.983	20.161.754	17.058.030

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados para o exercício findo em 31 de dezembro

Em milhares de Reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita	23	-	-	4.037.553	2.938.165
Carteira de Trading – MTM	23	-	-	87.427	99.154
Custos da operação e compra de energia	24	-	-	(2.739.425)	(2.014.812)
Lucro bruto		-	-	1.385.555	1.022.507
Receitas (despesas) operacionais, líquidas					
Gerais e administrativas	24	(22.859)	(28.216)	(204.045)	(177.639)
Outras receitas (despesas) operacionais	24	(1.296)	(477)	353.762	24.278
Resultado de equivalência patrimonial	11	318.567	81.325	14.164	82.939
		294.412	52.632	163.881	(70.422)
Resultado operacional		294.412	52.632	1.549.436	952.085
Receitas financeiras					
Receitas financeiras	25	5.601	10.835	149.192	119.887
Despesas financeiras	25	(2.577)	(625)	(1.160.052)	(920.461)
		3.024	10.210	(1.010.860)	(800.574)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		297.436	62.842	538.576	151.511
Corrente					
Corrente		-	-	(95.805)	(71.968)
Diferido					
Diferido		-	-	(145.348)	(17.365)
Imposto de renda e contribuição social	19	-	-	(241.153)	(89.333)
Lucro do exercício		297.436	62.842	297.423	62.178
Atribuível aos					
Acionistas da controladora		297.436	62.842	297.436	62.842
Acionistas não controladores		-	-	(13)	(664)
Lucro do exercício		297.436	62.842	297.423	62.178
Lucro do exercício básico por ação – (R\$)	22.4			0,5766	0,1215
Lucro do exercício diluído por ação – (R\$)	22.4			0,5810	0,1225

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes para o exercício findo em 31 de dezembro

Em milhares de Reais

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro do exercício	297.436	62.842	297.423	62.178
Efeito de conversão de moeda estrangeira – subsidiárias no exterior	128.898	(33.089)	128.898	(33.089)
Resultado abrangente total	426.334	29.753	426.321	29.089
Participação dos controladores	426.334	29.753	426.334	29.753
Participação dos não controladores	-	-	(13)	(664)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro

Em milhares de Reais

	Atribuível aos acionistas Controladores										
	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Participação de não controladores	Total do PL consolidado	
				Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Estatutária e de investimentos					
Em 1º de janeiro de 2023	4.439.360	-	170.023	29.910	134.049	426.239	(28.307)	-	5.171.274	-	5.171.274
Transações com acionistas											
Diluição de participação e integralização de capital na Arco	-	-	(2.555)	-	-	-	-	-	(2.555)	19.010	16.455
Integralização de capital de acionista minoritário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16.611	16.611
Prêmio pago por outorga de opções de ações	-	-	8.655	-	-	-	-	-	8.655	-	8.655
Ações em tesouraria	-	(337)	-	-	-	-	-	-	(337)	-	(337)
Efeito de conversão de moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	(33.089)	-	(33.089)	-	(33.089)
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	-	62.842	62.842	(664)	62.178
Destinação do resultado	-	-	-	3.142	14.925	44.775	-	(62.842)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.439.360	(337)	176.123	33.052	148.974	471.014	(61.396)	-	5.206.790	34.957	5.241.747

	Atribuível aos acionistas Controladores										
	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Participação de não controladores	Total do PL consolidado	
				Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Estatutária e de investimentos					
Em 1º de janeiro de 2024	4.439.360	(337)	176.123	33.052	148.974	471.014	(61.396)	-	5.206.790	34.957	5.241.747
Perda na integralização de capital											
Perda na integralização de capital	-	-	(64)	-	-	-	-	-	(64)	-	(64)
Integralização de capital de acionista minoritário subsidiária Arco Energia											
Integralização de capital de acionista minoritário subsidiária Arco Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30.241	30.241
Equivalência VDB 1, 2 e 3											
Equivalência VDB 1, 2 e 3	-	-	-	-	-	-	-	1.976	1.976	-	1.976
Efeito de conversão de moeda estrangeira											
Efeito de conversão de moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	128.898	-	128.898	-	128.898
Lucro do exercício											
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	-	297.436	297.436	(13)	297.423
Destinação do resultado											
Destinação do resultado	-	-	-	14.971	71.111	213.330	-	(299.412)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	4.439.360	(337)	176.059	48.023	220.085	684.344	67.502	-	5.635.036	65.185	5.700.221

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro

Em milhares de Reais

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		297.436	62.842	538.576	151.511
Ajustes:					
Depreciação e amortização	12 / 13	--	-	754.049	472.110
Resultado de equivalência patrimonial	11	(318.567)	(81.325)	(14.164)	(82.939)
Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e amortização de custo de transação	14	--	-	1.010.844	908.106
Encargos sobre arrendamentos	20	--	-	24.312	12.222
Receita financeira de aplicações financeiras	25	(364)	(10.989)	(139.588)	(141.090)
Instrumentos financeiros - MTM carteira de <i>trading</i>	23	--	-	(87.427)	(99.154)
Perda (ganho) na baixa de ativo imobilizado/intangível/arrendamentos	-	--	-	850	2.337
Programa de remuneração baseada em ações	-	-	1.374	-	1.374
Ganho na permuta de Pirapora - AVJ	5.1.1	--	-	(266.071)	-
Ganho remensuração valor justo - VDB 1, 2 e 3	5.1.1	--	-	(88.599)	-
Ganho na aquisição de Energizou Comercializadora	-	-	-	(967)	-
Encargos contas a pagar aquisição de empresas	25	--	-	12.463	14.630
Variação cambial	14	-	-	716	-
Crédito de PTC atribuídos ao Tax Equity	14	-	-	(51.005)	-
		(21.495)	(28.098)	1.693.989	1.239.107
(Aumento) redução nos ativos					
Clientes		-	-	(92.302)	(112.712)
Partes relacionadas		408	(5.190)	(12.703)	(5.817)
Tributos a recuperar		6.734	(4.315)	(81.979)	2.673
Outros créditos		74	(42)	(140.171)	(96.082)
Aumento (redução) nos passivos					
Fornecedores		739	-	(115.228)	76.486
Partes relacionadas		18.123	(10.657)	(343)	(706)
Obrigações trabalhistas e tributárias		(699)	2.104	38.571	18.420
Contas a pagar aquisição de empresas		-	-	(72.665)	(66.254)
Outras obrigações		128	166	220.951	261.362
Caixa proveniente das (aplicado) nas operações		4.012	(46.032)	1.438.120	1.316.477
Dividendos recebidos	21.1.1	-	-	7.926	35.515
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	14	-	-	(969.701)	(733.021)
Imposto de renda e contribuição social pagos	19	-	-	(77.507)	(46.499)
Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades operacionais		4.012	(46.032)	398.838	572.472
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Caixa adquirido em combinação de negócios	5.1.1	-	-	240.679	-
Aquisição de ativo imobilizado e intangíveis	12 / 13	-	-	(377.070)	(2.528.673)
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas		-	(317.450)	-	-
Aquisição de empresas coligadas	11	-	-	(4.392)	-
Resgate (aplicação) financeiras, líquido - caixa restrito		579	355.552	847.439	611.480
Caixa (aplicado nas) atividades de investimentos		579	38.102	708.656	(1.917.193)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidos de custo de captação	14	-	1.000	2.535.122	2.100.649
Pagamento de principal - empréstimos, financiamentos e debêntures	14	-	-	(2.271.352)	(808.172)
Prêmio recebido por outorga de opções de ações		-	7.281	-	7.281
Ações em tesouraria		-	(337)	-	(337)
Integralização de capital por acionista não controlador em controlada	22.5	-	-	30.241	33.066
Arrendamentos pagos	20	-	-	(33.571)	(19.837)
Caixa gerado pelas atividades de financiamentos		-	7.944	260.440	1.312.650
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		4.591	14	1.365.934	(32.071)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		65	51	53.570	85.641
Efeito de variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa		-	-	8.470	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		4.656	65	1.427.974	53.570

Transações de atividades de investimento e financiamento que não impactaram caixa são apresentadas na Nota 30. As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro

Em milhares de Reais

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas	-	-	4.976.199	3.091.145
Vendas de mercadorias produtos e serviços	-	-	4.597.240	3.064.024
Outras receitas	-	-	378.959	27.121
Insumos adquiridos de terceiros	(10.813)	(11.644)	(2.107.578)	(1.626.208)
Custos produtos, mercadorias e serviços vendidos	-	-	(1.693.157)	(1.333.192)
Materiais, servs. de terceiros e outros	(10.288)	(11.644)	(406.861)	(281.687)
Perda/recuperação de valores ativos	-	-	(390)	2.617
Outros insumos	(525)	-	(7.170)	(13.946)
Valor adicionado bruto	(10.813)	(11.644)	2.868.621	1.464.937
Depreciação e amortização	-	-	(754.049)	(472.110)
Valor adicionado líquido	(10.813)	(11.644)	2.114.572	992.827
Valor adicionado recebido em transferência	324.218	92.404	169.816	184.455
Resultado de equivalência patrimonial	318.567	81.325	14.164	82.939
Receita financeira	5.651	11.079	155.652	101.516
Valor adicionado total	313.405	80.760	2.284.388	1.177.282
Distribuição do valor adicionado	313.405	80.760	2.284.388	1.177.282
Pessoal	11.777	15.396	97.829	100.806
Remuneração direta	11.337	15.057	79.060	84.660
Benefícios	16	-	12.675	11.105
FGTS	424	339	6.094	5.041
Impostos, taxas e contribuições	1.681	2.177	732.999	118.463
Federais	1.681	2.177	731.883	117.359
Estaduais	-	-	166	504
Municipais	-	-	950	600
Remuneração de capitais de terceiros	2.511	345	1.156.137	895.835
Juros	2.511	345	1.156.137	895.835
Remuneração de capital próprio	297.436	62.842	297.423	62.178
Resultado do exercício retido	297.436	62.842	297.436	62.842
Participação dos acionistas não controladores	-	-	(13)	(664)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Serena Energia S.A. (“Controladora”, “Companhia”, “Grupo” ou “Serena Energia”), anteriormente denominada Omega Energia S.A., constituída em 27 de maio de 2021 é uma sociedade por ações de capital aberto sediada em São Paulo (São Paulo), na Rua Elvira Ferraz, nº 68, 12º andar, conjunto 123 e 124, Bairro Vila Olímpia, cujas ações são negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) desde 27 de dezembro de 2021, no segmento de governança corporativa Novo Mercado, sob o código SRNA3.

A Companhia tem por objeto social: (a) participação e desenvolvimento, diretamente ou por meio de *joint venture*, consórcio ou qualquer outra sociedade em cujo capital social a Companhia tenha participação, de ativos de energia renovável, incluindo, mas não se limitando a, pequenas centrais hidrelétricas (PCH), parques eólicos (CGE), usinas solares (CGS) e usinas termelétricas movidas a biomassa (UTE), bem como em empresas que atuam na comercialização de energia elétrica e eficiência energética; (b) participação em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista, no Brasil ou no exterior; e (c) atividades acessórias necessárias ao cumprimento do objeto social da Companhia.

A Serena Energia funciona como holding pura não realizando qualquer tipo de atividade de desenvolvimento, implantação ou operação de ativos de energia renovável ou comercialização de energia elétrica, as quais são conduzidas pelas subsidiárias integrais Serena Geração S.A. e Serena Desenvolvimento S.A.

As controladas diretas e indiretas da Serena Energia operam empreendimentos, com capacidade total instalada para geração de 2.803,7 MW (2.417,8 MW em 2023) de energia renovável (considerando a capacidade total da *joint venture* Hidrelétrica Pipoca (“Pipoca”) e projetos de Geração distribuída), localizados em diversos estados brasileiros, além do Texas nos Estados Unidos da América (“EUA”).

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica “ANEEL” para os ativos no Brasil e *Electric Reliability Council of Texas* “ERCOT” para o ativo no estado do Texas – USA. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Serena Energia. As informações por segmento e detalhes operacionais dos ativos estão apresentadas na Nota 6.

Os termos abaixo são utilizados ao longo destas demonstrações financeiras consolidadas de forma abreviada:

- ACR – Ambiente de Contratação Regulado;
- ACL – Ambiente de Comercialização Livre;
- CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica;
- ERCOT – *Electric Reliability Council of Texas* – organização americana que opera a rede elétrica do Texas;

- LER – Leilão de Energia de Reserva;
- LEN – Leilão de Energia Nova;
- MCP – Mercado de Curto Prazo;
- MRE – Mecanismo de Realocação de Energia;
- MTM – *Mark to Market*
- ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico;
- PLD – Preço de Liquidação das Diferenças;
- Proinfa – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica;
- PCH – Pequena Central Hidrelétrica;
- PTC – *Production Tax Credit*
- SIN – Sistema Interligado Nacional;
- *Tax Equity* – Modalidade de investimento amortizado principalmente por meio da alocação de créditos fiscais vinculados à geração de energia elétrica por fonte renovável;
- UGC – Unidade Geradora de Caixa.

As atividades da Serena Energia compreendem as seguintes operações que foram consideradas nestas demonstrações financeiras:

(a) Serena Geração S.A. (“Serena Geração”), anteriormente denominada Omega Geração S.A.

Sociedade por ações de capital aberto sediada em São Paulo (São Paulo), na Rua Elvira Ferraz, nº. 68, 12º. andar, conjunto 123 e 124, bairro Vila Olímpia, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) como companhia aberta categoria “B”, sob o código 23426.

Fundada em 2008, a Serena Geração é uma Companhia que detém participação e opera diretamente ativos de geração, que atuam exclusivamente na produção e comercialização de energia elétrica, com foco em energia limpa e renovável, sem qualquer exposição ao desenvolvimento e implantação de ativos. Seu atual escopo de atuação inclui fontes eólica, hídrica e solar.

A Serena Geração e suas controladas diretas e indiretas operam empreendimentos, com capacidade total instalada para geração de 1.984,2 MW (1.962,7 MW em 2023) de energia renovável (considerando a capacidade total da Hidrelétrica Pipoca (“Pipoca”), *joint venture* da Companhia), localizados nos estados da Bahia, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Piauí, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

A energia produzida é vendida majoritariamente por meio de contratos de longo prazo, com preços fixos indexados à inflação, seja no ambiente de contratação regulado, através dos leilões promovidos pela ANEEL, seja no ambiente de contratação livre, em negociação direta com os compradores. Parte da energia produzida é comercializada em contratos de prazo mais curto, através de contratos de preço fixo.

(b) Serena Desenvolvimento S.A. (“Serena Desenvolvimento”), anteriormente Omega Desenvolvimento S.A.

Sociedade anônima de capital fechado, constituída em 18 de junho de 2021, sediada em São Paulo (São Paulo), na Rua Elvira Ferraz, nº 68, 12º andar, conjunto 123 e 124, Bairro Vila Olímpia. A Companhia tem por objeto social a participação em outras Sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior.

A Serena Desenvolvimento e suas controladas diretas e indiretas, além de gerir um portfólio de desenvolvimento de alto potencial de fontes solar e eólicas, especialmente em regiões do Nordeste brasileiro e no estado do Texas, EUA e implantar projetos, operam empreendimentos, com capacidade total instalada para geração de 819,5 MW de energia renovável, localizados no estado da Bahia no Brasil (Assuruá 4 e Assuruá 5 – 455,1 MW) e no estado do Texas nos Estados Unidos (Goodnight 1 – 265,5 MW) e em alguns estados do Brasil nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Sudeste (ativos de geração distribuída – 98,9 MW).

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, prevista na Lei nº 6.404/76, conforme alterada; as normas e regulamentações emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM, e que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e evidenciam todas as informações relevantes, as quais são consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão.

2.2 Base de apresentação, declaração de relevância e continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado; e (ii) valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos em combinação de negócios.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Serena Energia.

Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.7.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e suas subsidiárias em continuar operando normalmente e está convencida de que as empresas possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios nos próximos doze meses a contar da data das demonstrações financeiras. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Companhia avaliou em 31 de dezembro de 2024 o Capital Circulante Líquido (“CCL”) Consolidado negativo no montante de R\$ 23.804. Ainda que a Companhia esteja confortável com o valor apurado frente à expectativa de geração de caixa pela atividade operacional dos seus ativos existentes, especificamente em relação ao vencimento das debêntures da Serena Desenvolvimento de R\$ 653.655 previsto para junho de 2025, a Administração avalia adicionalmente alternativas para obtenção do capital que seja suficiente para a amortização do financiamento, tais quais (de forma não exaustiva), o refinanciamento da dívida existente e a venda de participação societária em subsidiárias existentes. A Companhia possui outras linhas de crédito disponíveis e não antevê qualquer dificuldade para o financiamento das suas atividades.

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 18 de fevereiro de 2025. Os eventos subsequentes foram avaliados até 18 de fevereiro de 2025, data em que as divulgações das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas pela Administração.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, sendo considerada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade opera (“moeda funcional”), que no caso da Serena é o real (“BRL” ou “R\$”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma. Para os investimentos em subsidiária no exterior, a moeda funcional é o dólar, cujos efeitos acumulados de ganho ou perda na conversão das demonstrações financeiras, são registradas no Patrimônio Líquido na rubrica, “Efeito de conversão de moeda estrangeira –

subsidiárias no exterior”.

2.4 Consolidação e investimentos

As demonstrações financeiras refletem os ativos, passivos e transações da Controladora e de suas controladas diretas e indiretas (“controladas”).

As controladas, diretas e indiretas, bem como as participações em *joint ventures*, coligadas e respectivas atividades agrupadas por segmento são as seguintes:

Empresas no Brasil	Localização das operações	Classificação	Consolidação	% Participação total	
				2024	2023
Comercialização					
Serena Comercializadora de Energia S.A.	São Paulo	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
- Antiga Omega Comercializadora de Energia Ltda.					
Serena Geração S.A. (i)	São Paulo	Controlada - Direta	Integral	100%	100%
Energizou Comercializadora de Energia S.A. (iv)	São Paulo	Controlada - Indireta	Integral	100%	-
Ativos operacionais					
Serena Geração S.A. (i)	São Paulo	Controlada - Direta	Integral	100%	100%
Assuruá Energia S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Assuruá I Energia S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Assuruá I I Energia S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Assuruá I II Energia S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Assuruá I III Energia S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Assuruá 3 Energia S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Assuruá 3 I Energia S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Assuruá 3 II Energia S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Assuruá 5 Energia S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Assuruá 5 Holding Energia S.A. (“Assuruá 5”)	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Assuruá 5 I Energia S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Assuruá 5 II Energia S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Assuruá 5 III Energia S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Assuruá 5 IV Energia S.A. (“Assuruá 5 IV”)	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Assuruá 5 V Energia S.A. (“Assuruá 5 V”)	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Assuruá 5 VI Energia S.A. (“Assuruá 5 VI”)	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Assuruá 4 Subholding I Energia S.A. (“Assuruá 4 Subholding I”) - Antiga Centrais Eólicas Assuruá IV S.A. (“CEA IV”)	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Assuruá 2 Energia S.A.					
- Antiga Centrais Eólicas Assuruá II SPE S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Delta I Energia S.A.	Piauí	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Delta I I Energia S.A.	Piauí	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Delta I II Energia S.A.	Piauí	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Delta I III Energia S.A.	Piauí	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Delta 2 Energia S.A.	Piauí	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Delta 2 I Energia S.A.					
- Antiga Testa Branca I Energia S.A.	Piauí	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Delta 2 II Energia S.A.					
- Antiga Testa Branca III Energia S.A.	Piauí	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Delta 2 III Energia S.A.					
- Antiga Porto do Delta Energia S.A.	Piauí	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Delta 3 Energia S.A.	Maranhão	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Delta 3 I Energia S.A.	Maranhão	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Delta 3 II Energia S.A.	Maranhão	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Delta 3 III Energia S.A.	Maranhão	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Delta 3 IV Energia S.A.	Maranhão	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Delta 3 V Energia S.A.	Maranhão	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Delta 3 VI Energia S.A.	Maranhão	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Delta 3 VII Energia S.A.	Maranhão	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Delta 3 VIII Energia S.A.	Maranhão	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Delta 5 I Energia S.A.	Maranhão	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Delta 5 II Energia S.A.	Maranhão	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Delta 6 I Energia S.A.	Maranhão	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Delta 6 II Energia S.A.	Maranhão	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Delta 7 e 8 Holding S.A.	Maranhão	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Delta 7 I Energia S.A.	Maranhão	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%

Demonstrações financeiras de 2024

Delta 7 II Energia S.A.	Maranhão	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Delta 8 I Energia S.A.	Maranhão	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Indaiá Grande Energia S.A.	Mato Grosso do Sul	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Indiazinho Energia S.A.	Mato Grosso do Sul	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Musca Energia S.A.	Minas Gerais	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Assuruá 4 VI Energia S.A. ("Assuruá 4 VI")	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
- Antiga Omega Desenvolvimento de Energia 2 S.A.					
Assuruá 4 V Energia S.A. ("Assuruá 4 V")	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
- Antiga Omega Desenvolvimento de Energia 3 S.A.					
Assuruá 4 Holding Energia S.A. ("Assuruá 4 Holding I")	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
- Antiga Omega Desenvolvimento de Energia 4 S.A.					
Assuruá 4 I Energia S.A. ("Assuruá 4 I")	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
- Antiga Omega Desenvolvimento de Energia 5 S.A.					
Assuruá 4 IV Energia S.A. ("Assuruá 4 IV")	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
- Antiga Omega Desenvolvimento de Energia 6 S.A.					
Assuruá 4 III Energia S.A. ("Assuruá 4 III")	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
- Antiga Omega Desenvolvimento de Energia 7 S.A.					
Assuruá 4 II Energia S.A. ("Assuruá 4 II")	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
- Antiga Omega Desenvolvimento de Energia 8 S.A.					
Serena Chuí I Energia S.A. ("Chuí I")	Rio Grande do Sul	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
- Antiga Omega Desenvolvimento de Energia 15 S.A.					
Assuruá 4 Subholding II Energia S.A. ("Assuruá 4 Subholding II") - Antiga ("OD2I")	São Paulo	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Serena Chuí Holding Energia S.A.	São Paulo	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
- Antiga Omega Desenvolvimento de Energia 24 S.A.					
GD Parnaíba Energia S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
- Antiga Omega Desenvolvimento de Energia 25 S.A.					
Serena UC Energia S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
- Antiga Omega Desenvolvimento de Energia 26 S.A.					
Serena Geração 1 S.A. - Antiga Omega Geração 1 S.A.	São Paulo	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Omni Energia S.A.	Minas Gerais	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Assuruá 2 I Energia S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
- Antiga Parque Eólico Assuruá III S.A.					
Assuruá 2 II Energia S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
- Antiga Parque Eólico Assuruá IV S.A.					
Assuruá 2 III Energia S.A. Antiga Parque Eólico Capoeiras III S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Assuruá 2 IV Energia S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
- Antiga Parque Eólico Curral de Pedras I S.A.					
Assuruá 2 V Energia S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
- Antiga Parque Eólico Curral de Pedras II S.A.					
Assuruá 2 VI Energia S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
- Antiga Parque Eólico Diamante II S.A.					
Assuruá 2 VII Energia S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
- Antiga Parque Eólico Diamante III S.A.					
Assuruá 2 VIII Energia S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
- Antiga Parque Eólico Laranjeiras I S.A.					
Assuruá 2 IX Energia S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
- Antiga Parque Eólico Laranjeiras II S.A.					
Assuruá 2 X Energia S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
- Antiga Parque Eólico Laranjeiras V S.A.					
Serra das Agulhas Energia S.A.	Minas Gerais	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Hidrelétrica Pipoca S.A. (nota 11.3)	Minas Gerais	Controlada em conjunto	MEP	51%	51%
Pirapora II Solar Holding S.A. (ii)	Minas Gerais	Controlada em conjunto	MEP	-	50%
Pirapora III Solar Holding S.A. (ii)	Minas Gerais	Controlada em conjunto	MEP	-	50%
Pirapora Solar Holding S.A. (ii)	Minas Gerais	Controlada em conjunto	MEP	-	50%
Ventos da Bahia 1 Geração de Energia S.A. ("VDB1") (ii)	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	50%
Parque Eólico Alto do Bonito S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	50%
Parque Eólico Boas Vistas S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	50%
Parque Eólico Colina S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	50%
Ventos da Bahia 2 Geração de Energia S.A. ("VDB2") (ii)	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	50%
Parque Eólico Ventos da Bahia I S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	50%
Parque Eólico Ventos da Bahia III S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	50%
Parque Eólico Ventos da Bahia IX S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	50%
Parque Eólico Ventos da Bahia XVIII S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	50%
Ventos da Bahia 3 Geração de Energia S.A. ("VDB3") (ii)	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	50%
Parque Eólico Ventos Da Bahia XIII S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	50%

Parque Eólico Ventos Da Bahia XIV S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	50%
Parque Eólico Ventos Da Bahia XXIII S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	50%
Parque Eólico Ventos Da Bahia XXVII S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	50%
Ativos em desenvolvimento					
Serena Desenvolvimento S.A.	São Paulo	Controlada - Direta	Integral	100%	100%
Arco Energia S.A.	São Paulo	Controlada - Indireta	Integral	69,95%	69,95%
Arco Energia T1 S.A.	São Paulo	Controlada - Indireta	Integral	69,95%	69,95%
Arco Energia T2 S.A.	São Paulo	Controlada - Indireta	Integral	69,95%	69,95%
Arco Energia 3 S.A.	São Paulo	Controlada - Indireta	Integral	69,95%	69,95%
Arco Energia 4 S.A.	São Paulo	Controlada - Indireta	Integral	69,95%	69,95%
Arco Energia 5 S.A.	São Paulo	Controlada - Indireta	Integral	69,95%	69,95%
Arco Energia 6 S.A.	São Paulo	Controlada - Indireta	Integral	69,95%	69,95%
Assuruá 6 Energia S.A. - Antiga Centrais Eólicas Assuruá VI S.A. ("CEA VI")	São Paulo	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Delta MA I Energia S.A. - Antiga Delta Energia S.A.	Maranhão	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Delta MA II Energia S.A. - Antiga Delta MA Energia S.A.	Maranhão	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Serena Desenvolvimento Comercializadora de Energia Ltda - Antiga Omega Desenvolvimento Comercializadora Energia Ltda. ("OMDC")	São Paulo	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Delta MA III Energia S.A. - Antiga Omega Desenvolvimento de Energia 9 S.A.	Maranhão	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Delta MA IV Energia S.A. - Antiga Omega Desenvolvimento de Energia 10 S.A.	Maranhão	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Delta MA V Energia S.A. - Antiga Omega Desenvolvimento de Energia 11 S.A.	Maranhão	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Delta MA VI Energia S.A. - Antiga Omega Desenvolvimento de Energia 12 S.A.	Maranhão	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Sol 345 Energia S.A. - Antiga Omega Desenvolvimento de Energia 13 S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Serena Desenvolvimento de Energia 14 S.A. - Antiga Omega Desenvolvimento de Energia 14 S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Serena Desenvolvimento de Energia 16 S.A. - Antiga Omega Desenvolvimento de Energia 16 S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Serena Desenvolvimento de Energia 17 S.A. - Antiga Omega Desenvolvimento de Energia 17 S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Serena Desenvolvimento de Energia 19 S.A. - Antiga Omega Desenvolvimento de Energia 19 S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Serena Desenvolvimento de Energia 22 S.A. - Antiga Omega Desenvolvimento de Energia 22 S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Emana Investimento de Energia S.A. - Antiga Omega Desenvolvimento de Energia 23 S.A. (iii)	Bahia	Coligada	MEP	50%	100%
Serena Desenvolvimento de Energia 27 S.A. - Antiga Omega Desenvolvimento de Energia 27 S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Serena Desenvolvimento de Energia 28 S.A. - Antiga Omega Desenvolvimento de Energia 28 S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Sol 5 Energia S.A. - Antiga Omega Desenvolvimento de Energia 29 S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	-
Omega Desenvolvimento de Energia 30 S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	-
Sol 1 Energia S.A. - Antiga Omega Desenvolvimento de Energia 31 S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	-
Sol 2 Energia S.A. - Antiga Omega Desenvolvimento de Energia 32 S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	-
Serena Desenvolvimento de Energia 33 S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	-
Serena Desenvolvimento de Energia 34 S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	-
Serena Desenvolvimento de Energia 35 S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	-
Delta Maranhão Holding Energia S.A. - Antiga Omega Desenvolvimento de Energia do Maranhão S.A.	Maranhão	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%

- (i) A Serena Geração, holding que opera tanto com geração quanto comercialização de energia.
- (ii) Em março de 2024, a Serena Geração realizou a permuta de ações com a EDF EN do Brasil Participações Ltda ("EDFR"), conforme Nota 5.1.1.
- (iii) Emana investimento é uma empresa coligada não controlada pela Serena Energia, conforme Nota 11.4.
- (iv) Companhia adquirida em novembro de 2024, conforme 5.2.

Empresas no exterior	Localização das operações	Classificação	Consolidação	% Participação total	
				2024	2023
Comercialização					
Omega US Holding II LLC	Texas (USA)	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Ativos operacionais					
Serena Power LLC – Antiga Omega Digital Renewable Energy LLC	Texas (USA)	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Omega US Holding I LLC	Texas (USA)	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Goodnight I Class B Holdco LLC	Texas (USA)	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Goodnight I Class B Member LLC	Texas (USA)	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Goodnight I TE Partners LLC	Texas (USA)	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
FGE Goodnight I LLC	Texas (USA)	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Desenvolvimento					
FGE Goodnight II LLC	Texas (USA)	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
FGE Goodnight LLC	Texas (USA)	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
FGE Goodnight Wind Project	Texas (USA)	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Omega Green Deer LLC	Texas (USA)	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Serenity Wind LLC	Texas (USA)	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Sunrise Renewables LLC	Texas (USA)	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%

2.5 Principais políticas contábeis

A Companhia não adotou antecipadamente quaisquer normas e interpretações que tenham sido emitidas ou alteradas, mas que ainda não estejam em vigor. As políticas contábeis das controladas, coligadas e *joint ventures* são ajustadas, quando aplicável, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

As políticas contábeis significativas e relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras foram incluídas nas respectivas notas explicativas, com um resumo da base de reconhecimento e mensuração utilizada pela Companhia.

2.6 Classificação circulante versus não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: (i) espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; (ii) está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; (iii) espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e (iv) é caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis). Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.7 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas e julgamentos contábeis críticos por parte da Administração da Companhia. Essas estimativas e as respectivas premissas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As estimativas e julgamentos significativos utilizados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
5	Valor justo dos ativos e passivos das aquisições de empresas
12	Provisão descomissionamento
13	Intangível
19	IR/CS diferidos ativos
27	Processos judiciais
28	Contratos futuros de energia

2.8 Novas normas e interpretações contábeis

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting Standards Board* (IASB) e, conseqüentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados e/ou emitidos estão demonstrados a seguir:

Alteração ao IAS 1/CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - apresentação de demonstrações financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela

administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements* (pfs)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – demonstração dos fluxos de caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. O grupo está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e respectivas notas explicativas.

IFRS 19: subsidiárias sem responsabilidade pública: divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – demonstrações consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Como os instrumentos patrimoniais do grupo são negociados publicamente, ele não é elegível para a aplicação do IFRS 19.

Alterações ao CPC 18 (R3) – investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto e a ICPC 09 – demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método da equivalência patrimonial

Em setembro de 2024, o comitê de pronunciamentos contábeis (CPC) emitiu alterações ao pronunciamento técnico CPC 18 (R3) e à interpretação técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do pronunciamento técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações contábeis individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas demonstrações contábeis separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos

materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-la a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do grupo.

Alterações ao CPC 02 (R2) – efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis e CPC 37 (R1) – adoção inicial das normas internacionais de contabilidade

Em setembro de 2024, o comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), emitiu a revisão de pronunciamentos técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo *lack of exchangeability* emitido pelo IASB, com alterações no pronunciamento técnico CPC 02 (R2) – efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis e no CPC 37 (R1) – adoção inicial das normas internacionais de contabilidade. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do grupo.

OCPC 10 – Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (*allowances*) e Crédito de Descarbonização (CBIO)

Em dezembro de 2024, o comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), emitiu o OCPC 10, que trata dos critérios e requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono (tCO₂e)¹, Permissões de emissão (*allowances*) e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na originação e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados, sejam eles decorrentes de obrigações legais ou não formalizadas, conforme definido no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Este OCPC não tem como objetivo tratar de questões de natureza tributária e jurídica associadas aos créditos de carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (*allowances*) e créditos de descarbonização (CBIO). Buscando a primazia da essência econômica sobre a forma jurídica para atingir a representação fidedigna do evento econômico que se propõe

representar nas demonstrações contábeis das entidades que reportam. A orientação desse OCPC entra em vigor para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do grupo.

As alterações que entraram em vigor em 1 de janeiro de 2025 acima descritas não produziram impactos relevantes nestas demonstrações financeiras consolidadas. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Serena Energia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS) tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

2.9 Reclassificação

Durante o primeiro trimestre de 2024, a Companhia identificou a necessidade de reclassificar o saldo comparativo de 31 de dezembro de 2023 referente a “Debêntures a receber”, da rubrica Outros créditos, no ativo (circulante/não circulante) para a

rubrica de Empréstimos e financiamentos e debêntures no passivo (circulante/não circulante), no montante de R\$ 131.961. Não sendo relevante no contexto das demonstrações financeiras de 2024 e 2023, pois essa reclassificação somente gerou uma redução no ativo e uma redução no passivo de mesmo valor, sem impacto no resultado, no patrimônio líquido ou qualquer outro índice relevante no contexto das demonstrações financeiras como um todo.

3. GESTÃO DE RISCOS

A Companhia realiza a gestão de riscos com o objetivo de suportar o atingimento de suas metas e para garantir a solidez e a flexibilidade financeira da Companhia e a continuidade de seus negócios. Dentro da estrutura de governança, o Conselho de Administração conta com um Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos, que é responsável dentre outras atribuições, por apoiar o Conselho de Administração nas decisões relativas à gestão dos riscos por meio de recomendações e monitoramento. A companhia também conta com um processo de auditoria interna.

A estratégia de gestão de riscos da Companhia objetiva proporcionar uma visão integrada dos riscos aos quais a Companhia está exposta, por meio de uma matriz de riscos e impactos, revisada e atualizada periodicamente, que contempla diversas áreas da Companhia, tais como: operacional, financeiro, tecnologia, jurídica, regulatória, gestão de pessoas entre outras.

São mapeados diversos riscos, classificados por sua relevância, sendo os mais relevantes listados a seguir:

- Riscos operacionais: relacionados aos sistemas de geração de energia;
- Riscos de desenvolvimento e implantação de novos projetos: relacionados às fases de pesquisa e desenvolvimento, além de obras civis e de engenharia para construção de ativos de energia renovável;
- Riscos hidrológicos e climáticos: relacionados ao mecanismo de realocação de energia – MRE e estimativas de aflúências, incidência solar e ventos nas sub-regiões climáticas onde estão localizados os ativos;
- Riscos de mercado: relacionados a preços, inflação, câmbio e taxas de juros;
- Risco de crédito: relacionado aos créditos com clientes e investimentos financeiros;
- Risco de liquidez: relacionado ao não cumprimento de obrigações financeiras.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto		Gestão
Riscos operacionais	Operação dos ativos de geração de energia	Previsão e acompanhamento de	disponibilidade de geração de energia	Sistema ERP
	Disponibilidade dos sistemas de geração de energia	Previsão de fluxos de caixa		Seguros de eficiência operacional
Riscos de desenvolvimento e implantação de novos projetos	Caixa e equivalentes de caixa	Acompanhamento de contratos		Contratos de desenvolvimento de ativos
Mudanças climáticas – Riscos hidrológicos e climático	Lucro bruto	Mecanismo de realocação de energia MRE e estimativas de aflúncias, incidência solar e ventos nas sub-regiões climáticas expostas		Contratos de venda de energia no mercado regulado e livre
	Operações comerciais futuras	Previsão de fluxos de caixa		
Risco de mercado – câmbio	Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira	Análise de sensibilidade		Contratos futuros a termo
Risco de mercado – taxa de juros	Empréstimos de longo prazo com taxas variáveis	Análise de sensibilidade		Swaps de taxa de juros
				Diversificação das instituições financeiras
	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, investimentos em instrumentos de dívida e ativos de contratos	Análise de vencimento		Monitoramento dos limites de crédito/ ratings
Risco de crédito		Avaliação de crédito		Orientações de investimento em instrumentos de dívida
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa		Linhas de crédito disponíveis

3.1 Riscos operacionais

Determinadas controladas da Serena Energia contratam prestadores de serviços terceirizados para as atividades de operação e manutenção (“O&M”) de suas centrais geradoras de energia elétrica, comumente o próprio fornecedor dos equipamentos e, caso esses serviços não sejam adequadamente executados, a Companhia poderá sofrer um efeito adverso relevante. A gestão desse risco é feita no sentido de garantir a disponibilidade e a eficiência operacional das usinas, sendo executados planos de manutenção e monitoramento semanal, além de planos de manutenção preventiva e inspeção rotineira dos ativos semestralmente, bem como o acompanhamento tempestivo da geração de energia nos parques, de forma a realizar intervenções necessárias, inclusive em relação aos prestadores de serviços, para corrigir desvios. A Serena Energia depende dos serviços de profissionais técnicos para acompanhamento e fiscalização da execução de atividades de terceiros e de suas atividades, caso a Companhia venha a perder os principais integrantes desse quadro de pessoal, terá de atrair e treinar pessoal adicional para sua área técnica, o que pode gerar custos adicionais.

Adicionalmente, os processos e sistemas da Serena Energia contam com um ERP que garante a integração das informações das áreas de negócios com os sistemas contábeis e gerenciais da Serena Energia e são atualizados periodicamente para

capturar alterações processuais relevantes e avanços no ambiente tecnológico. A Companhia possui diversas linhas de seguros contratadas, todas em acordo com as melhores práticas de mercado e com o objetivo de transferência e/ou mitigação dos riscos aos quais está exposta.

3.2 Riscos de desenvolvimento e implantação de projetos de energia renovável

Os riscos englobados pelo desenvolvimento e implantação de novos projetos de energia vão desde a necessidade de liquidez/capital para execução das fases de implantação do projeto até os riscos que envolvem a fase de desenvolvimento, tais como: risco fundiário, previsibilidade de recursos para produção, licenças e autorizações ambientais, riscos de acidentes envolvendo terceiros e funcionários da Companhia, entre outros diretamente ligados à atividade de desenvolvimento e implantação de novos projetos de energia renovável

3.3 Mudanças climáticas

A matriz energética brasileira é predominantemente hídrica. Como o SIN opera em um sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada usina hidrelétrica, incluindo as usinas hidrelétricas de determinadas subsidiárias da Companhia, estão sujeitas a variações nas condições hidrológicas verificadas tanto na região geográfica em que a Companhia e suas subsidiárias operam como em outras regiões do país. A região em que suas usinas hidrelétricas operam está sujeita a condições hidrológicas, com desvios não cíclicos da média de chuvas, sendo que atualmente estamos com os reservatórios do SIN em níveis ótimos, após passar por um longo período de intensa estiagem. Ainda, os mecanismos existentes de diversificação de matrizes energéticas não são capazes de absorver todas as consequências adversas de uma escassez hídrica prolongada, como a que ocorreu nos últimos anos, levando ao aumento dos preços da energia no mercado de curto prazo. Tal aumento pode trazer impactos positivos ou negativos, a depender da gestão do balanço energético da Companhia.

A energia gerada pelas PCHs é influenciada pelo regime hidrológico das regiões onde estão implantadas. Em função dos requisitos regulatórios no Brasil, a receita proveniente da venda de energia das PCHs pode não ser auferida pela energia efetivamente gerada, e sim pela garantia física de cada usina, determinada pelo poder concedente, em um mecanismo opcional denominado MRE, que faz o compartilhamento da energia, transferindo o excedente daqueles que geraram além de suas garantias físicas individuais para aqueles que geraram abaixo delas. A opção é realizada anualmente.

As eventuais diferenças entre a geração e a garantia física do MRE são ajustadas proporcionalmente entre os participantes e a quantidade deste ajuste é valorada ao PLD, mediante a aplicação de um fator de ajuste conhecido como *Generation Scaling*

Factor (GSF). Dessa forma, existe um risco sistêmico relativo ao bom funcionamento do MRE.

A PCH Serra das Agulhas e PCH Pipoca (*joint venture* não consolidada) participam desse mecanismo e representam uma exposição de aproximadamente 2,2% do portfólio da Companhia com exposição a esse risco, considerando a capacidade instalada das usinas. A Companhia entende que esse é um risco sistêmico, contudo com baixo potencial de impacto para o Grupo.

Nos ativos eólicos detidos pela Companhia, os contratos de venda de energia no mercado regulado têm estrutura que mitiga o impacto financeiro de intermitências do recurso eólico. Os contratos são realizados pela modalidade disponibilidade, com pagamentos mensais, sem obrigação mensal de entrega de energia. Além disso, para os contratos de bandas quadrienais, as obrigações anuais são definidas a partir de bandas inferiores e superiores de geração, de forma que não haja impacto econômico para os ativos se a geração de energia estiver dentro dessas bandas, (limite inferior de -10% e superiores de 30% para o 1º ano, 20% para o 2º ano e 10% para o 3º ano e 0% para o 4º ano, os quais funcionam como estabilizadores do fluxo financeiro). As variações de geração são necessariamente equalizadas apenas a cada 4 anos, quando qualquer variação negativa ou positiva é liquidada. Dentre os parques eólicos da Companhia contratados no ACR, somente a UGC Delta 5 e Delta 6 não estão sujeitos a esse mecanismo, pois as variações de geração são ajustadas anualmente.

3.4 Risco de mercado

3.4.1 Taxa de juros

O risco relacionado às taxas de juros provém da flutuação das taxas de mercado. A exposição da Companhia deriva, principalmente, de empréstimos, financiamentos e aplicações financeiras com taxas de juros pré ou pós-fixadas, sujeitas ainda a TJLP, CDI, SOFR e a índices de inflação. A carteira composta por esses instrumentos financeiros é monitorada mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa. A exposição ao SOFR está *hedged* por instrumento de swap de taxa de juros. Quanto ao risco de aceleração inflacionária, os contratos de venda de energia de longo prazo em vigor possuem cláusula de reajuste inflacionário anual, o que representa um *hedge* natural para as dívidas e obrigações indexadas aos índices de inflação. Uma análise de sensibilidade sobre os impactos decorrentes desse risco está apresentada na Nota 28.2.

A Companhia comercializa energia no ACR e no ACL. No ACR, a venda se dá por meio de contratos provenientes de leilões, cujos preços são pré-determinados, corrigidos por um determinado índice inflacionário. Nesse ambiente, o risco às variações do preço de mercado e ao PLD decorrem dos ajustes de balanço energético, quando a

geração é diferente da energia vendida, liquidados no curto prazo pela CCEE, conforme regras de cada contrato e suas bandas, como descrito no item risco hidrológico e climático acima. Parcela substancial da energia comercializada está vinculada aos contratos regulados, o que reduz a exposição da Companhia à variação de preços. Eventualmente, com objetivo de ajustar sua posição estrategicamente ao momento de mercado, a Companhia pode adotar o expediente da descontratação de energia, que consiste em desvincular a energia gerada do ACR para negociá-la no ACL, de acordo com as regras da ANEEL.

No ACL, a Companhia procura vender a energia disponível em contratos de curto, médio e longo prazo, objetivando a obtenção de preços atrativos e à redução do risco de exposição aos preços de curto prazo (spot ou PLD). Em geral, na parcela dos ativos vinculada ao ACL, a diferença entre a geração e a venda é liquidada no mercado de curto prazo pela CCEE. Fatores relacionados à liquidez do mercado de energia podem afetar os preços de mercado.

3.4.2 Câmbio

A Serena está exposta ao risco cambial decorrente da exposição internacional de sua controlada Serena Power (anteriormente denominada Omega Digital Renewable Energy) à moeda local de operação, dado que a companhia mantém seus projetos de desenvolvimento e operação nos Estados Unidos, cujo ativos líquidos estão expostos ao risco cambial do Dólar Americano. Essa exposição é protegida, principalmente, por meio de empréstimos da mesma moeda desses investimentos.

A Serena Power se expõe a empréstimos de financiamentos contratados em dólar, cujo juros remuneratórios, pagamentos e amortizações também ocorrem em dólar. A companhia contratou derivativos de proteção para parte das taxas remuneratórias dessas operações de empréstimos e financiamentos.

A Serena determina que as empresas do Grupo administrem seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. As empresas do Grupo, cujas operações estão expostas ao risco cambial, são requeridas a proteger suas posições via operações de *hedge*, efetuadas sob a orientação da Tesouraria do Grupo. O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade.

3.5 Risco de crédito

Os riscos de crédito decorrem das operações comerciais da Companhia, incluindo os compromissos futuros de venda já contratados ou de investimentos financeiros.

Como forma de minimizar o risco de crédito nos contratos de venda de energia elétrica

para consumidores livres, comercializadoras e geradoras no ACL, a Companhia, por meio de sua área de crédito, realiza uma análise e estabelece, de acordo com sua Política de Riscos, as garantias que deverão ser exigidas dessas contrapartes. Os créditos de todos os clientes e a sua exposição aos diversos setores da economia são avaliados periodicamente, de modo a manter a diversificação da carteira e a diminuir a exposição ao risco específico setorial.

No ACR, as contrapartes decorrem dos contratos adquiridos nos leilões promovidos pela ANEEL, por meio da CCEE, cujo padrão contratual estabelecido na Convenção de Comercialização de Energia Elétrica na Resolução Normativa ANEEL nº 109/2004, requer a constituição de garantias financeiras como condição necessária à adesão e à operação do agente de mercado no âmbito da CCEE. Esse mecanismo minimiza o risco de crédito da contraparte nesses contratos nas operações liquidadas no curto prazo.

Em relação aos investimentos financeiros, limites de crédito são avaliados e praticados para cada contraparte com a qual temos exposição de crédito. Além disso, a Companhia busca a diversificação da carteira e observa diferentes indicadores de solvência e liquidez das diferentes contrapartes que foram avaliadas para negociação.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito na data base da demonstração financeira, sendo resumida no quadro a seguir:

	Nota	Consolidado	
		2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	7	1.427.974	53.570
Aplicações financeiras	7	-	896.592
Clientes	8	618.241	466.838
Caixa restrito	7	487.670	231.144
Contratos futuros de energia	28	771.696	806.589
Total		3.305.581	2.454.733

Na avaliação da Companhia não há concentração de risco em clientes ou fornecedores uma vez que ela possui portfólio diversificado de contratos de compra e venda de energia envolvendo todas as regiões e exposição a grande parte dos setores industriais do Brasil.

3.6 Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade da Companhia não cumprir suas obrigações financeiras nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do mercado. Os principais passivos financeiros contratados são os financiamentos com

o BNB, BNDES, debêntures emitidas, contas a pagar ACR e arrendamentos operacionais, sendo seus vencimentos contratuais demonstrados nas Notas 14, 15 e 19.

A Companhia monitora o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa individualmente por empresa controlada, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação. Eventualmente, podem ser utilizados instrumentos de adiantamento de capital ou as contas reservas vinculadas aos empreendimentos para coberturas pontuais de caixa.

Relativamente ao risco de aceleração de dívida, determinadas subsidiárias da Companhia têm contratos de financiamentos com cláusulas restritivas (“*covenants*”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas têm sido atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, conforme divulgado na Nota 14.5. Para tanto, a companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo e limites de *covenants* para assegurar caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais e contratuais. Essas previsões consideram os planos de financiamento da dívida da Serena, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais – por exemplo, restrições de moeda.

Para o excesso de caixa mantido nas entidades operacionais, a companhia aplica em títulos de curto prazo de alta liquidez, sujeito a insignificante risco de mudança de valor, com intuito de fornecer margem para a companhia atender as previsões de liquidez acima mencionado. Na data do balanço, a Serena mantinha fundos de curto prazo de R\$ 1.427.974 (2023 R\$ 948.637) e outros ativos líquidos de R\$ 618.241 (2023 R\$ 466.838) que se espera em conjunto a estratégia de refinanciamento das dívidas com vencimento próximo ou venda de participação societária em subsidiárias dentre outras opções, gerem entradas de caixa para administrar o risco de liquidez conforme já informado na Nota 2.2. E determinadas aplicações são realizadas em longo prazo, caixa restrito, para atender determinadas garantias vinculadas aos financiamentos obtidos junto aos financiadores de longo prazo, tais quais BNDES, BNB, BB e Debêntures dos projetos, descritos na Nota 14.

3.7 Riscos de Tecnologia e Informação

O risco está associado a falhas, indisponibilidade ou obsolescência de equipamentos e sistemas informatizados de controle, comunicação, logística e gerenciamento operacional localizados nas dependências dos parques e escritórios da Companhia e de seus principais fornecedores de turbinas, que acabem por prejudicar ou impossibilitar a continuidade das atividades regulares da organização, incluindo a geração de energia das fontes eólica, solar e hídrica, ou ainda, ao longo de toda sua

cadeia de valor (clientes, fornecedores, parceiros e unidades regionais). Pode estar também associado a erros ou fraudes, internas ou externas, nos sistemas informatizados ao capturar, registrar, monitorar e reportar corretamente transações ou posições. Além disso, engloba também as tentativas de comprometer a disponibilidade de nossos ativos, confidencialidade, integridade, disponibilidade de dados ou de sistemas computacionais através de ataques cibernéticos. Centro de Operações de Segurança (SOC) 24x7 é o núcleo do programa de segurança cibernética da organização. É responsável por identificar e responder a incidentes de segurança cibernética. A inteligência de ameaças (*Threat Intelligence*) é o conjunto de informações coletadas em fontes sobre ataques atuais ou potenciais contra a organização. As informações são analisadas, refinadas e organizadas para minimizar e mitigar os riscos de segurança cibernética

3.8 Gestão de capital

A Companhia administra o seu capital com o objetivo de maximizar o retorno dos investidores, buscando uma otimização da estrutura de capital considerando as condições econômicas, ambiente competitivo e requerimentos de *covenants* financeiros. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital a eles ou emitir novas ações.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido, que inclui o capital social e as reservas de lucros. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	Nota	2024	Consolidado 2023
Empréstimos, financiamentos e debêntures ^(*)	14	11.736.149	9.752.545
(-) Depósitos vinculados ao serviço da dívida	7	(487.670)	(232.669)
(-) Caixa, equivalentes de caixa	7	(1.427.974)	(948.637)
(-) Aplicações financeiras	7	-	(896.592)
Dívida líquida consolidada		9.820.505	8.571.239
Patrimônio líquido	22	5.700.221	5.241.747
Dívida líquida / Patrimônio líquido		1,72	1,64

(*) Exclui o saldo de custo de captação.

A Companhia e suas controladas detêm dívidas que estipulam limites máximos de endividamento, alguns calculados com base no EBITDA, sendo a mais restritiva atualmente a que limita em 4,5x a razão entre o endividamento líquido e o EBITDA da Serena Geração (conforme cálculo definido em seus instrumentos de financiamento). Nas SPEs já em fase de operação comercial, um *covenant* usual é o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), e o financiamento mais restritivo estipula ICSD

mínimo de 1,3x. O detalhamento dos *covenants* em 31 de dezembro de 2024 está divulgado na Nota 14.5.

3.9 Seguros

A Companhia mantém seguro de responsabilidade civil e patrimonial que cobre, entre outros riscos, fogo ou danos às propriedades da Companhia e de suas subsidiárias, como por exemplo danos elétricos/materiais, quebra de máquinas, roubos/furtos de bens, vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, queda de raios, explosão, implosão e queda de aeronaves, além de danos causados a terceiros. A Companhia possui, também, cobertura de lucros cessantes que indeniza a perda de lucro líquido e despesas fixas em decorrência de danos materiais que incorram em interrupção dos seus negócios pelo período de até 12 meses. Além disso, a Companhia possui seguros de engenharia para riscos de construção em todos os ativos em fase de implementação. A Companhia acredita que há baixo risco de impacto financeiro decorrente de eventual interrupção em um dos seus negócios dada a diversificação de seu portfólio. A Companhia acredita que mantém seguros compatíveis com seu porte e adequados ao seu mercado de atuação.

4. EVENTOS RELEVANTES OCORRIDOS DURANTE O EXERCÍCIO

Os eventos relevantes ocorridos durante o exercício são aqueles que, no julgamento da Companhia, impactaram significativamente a posição financeira e patrimonial, seja pela sua natureza ou pelo seu valor significativo.

Os eventos relevantes são descritos a seguir.

4.1 Pagamento antecipado das debêntures

Em janeiro de 2024, em decorrência da negociação realizada junto aos credores para postergação do vencimento das debêntures da Assuruá 4 Holding (anteriormente Omega Desenvolvimento 4), foi realizada amortização extraordinária correspondente ao saldo dos juros incorridos desde a assunção das debêntures pela empresa no valor de R\$ 151.597. Após essa amortização, o saldo devedor das debêntures da Assuruá 4 Holding (anteriormente Omega Desenvolvimento 4) passou a ser R\$ 635.000 sendo integralmente liquidado em abril de 2024.

4.2 Recebimento *Tax Equity*, Liquidação Empréstimo-Ponte Goodnight 1, Conversão *Term Loan*

Em fevereiro de 2024 a subsidiária da Companhia, Goodnight I TE Partners, LLC, sociedade de propósito específico detentora indireta do projeto Goodnight Wind I, recebeu os recursos atrelados ao investimento lastreado em créditos fiscais (*Tax Equity*) pela AEG Goodnight Wind I LLC (Entidade Goldman), na qualidade de sucessora

das obrigações do Goldman Sachs Lending Partners LLC no âmbito da conclusão da construção do projeto.

O valor total recebido na modalidade *Tax Equity* foi de US\$ 184.725 (R\$ 913.724) e os recursos foram usados para o pagamento de custos do projeto, incluindo o empréstimo ponte que o sindicato de bancos composto por MUFG Bank, Ltd., Sumitomo Mitsui Banking Corporation e Coöperative Rabobank U.A., New York Branch, concedeu ao longo do ano de 2023 para suportar a construção do projeto (*Bridge Loan*).

Concomitantemente, o sindicato de bancos realizou a conversão do financiamento de US\$ 37.806 (R\$ 187.030), que passou a ter prazo de 5 anos (*Term Loan*), contribuindo também para a quitação do *Bridge Loan*.

O valor recebido a título de *Tax Equity* foi contabilizado como um passivo financeiro por atender à definição contida no CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9 – Financial Instruments), no grupo de Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 14.2.1).

4.3 Captação de dívida complementar – Assuruá 5

Em março de 2024, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a outorga de garantia fidejussória, e emissão da 1ª série de debêntures simples pela Assuruá 5 Energia S.A., não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, no valor total de R\$ 825.000, detalhado na Nota 14.2.1.

4.4 Oferta secundária de ações

Durante o primeiro trimestre de 2024, a Companhia foi comunicada por determinados fundos sob gestão da Tarpon Gestora de Recursos Ltda. (“Fundos Tarpon”) a intenção de realização de uma oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia. Tal oferta foi concluída em abril de 2024, reduzindo a participação dos fundos Tarpon de 31,40% para 19,15% do capital social da Companhia, não resultando em alteração de controle da Serena Energia.

4.5 Captação de Debêntures – Serena Geração

Em 21 de junho de 2024, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão de debêntures simples pela Serena Geração S.A., não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, no valor total de R\$ 400.000, detalhado na Nota 14.2.1.

4.6 Postergação de instrumentos de *offshore loan*

Em agosto de 2024, foi assinado o aditivo contratual alterando os vencimentos dos instrumentos de *offshore loan* (US\$ 50.898 e US\$ 100.000), contratados pela Serena Power, de agosto de 2024 para agosto de 2026, com alteração das taxas de juros de USD + 5,65% e USD 7,50%, respectivamente para SOFR + 2,60% a.a. sobre o montante total. O principal será amortizado em dólar, em parcela única no novo vencimento, e os juros serão pagos semestralmente a partir de fevereiro de 2025. Conforme CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 09 – *Financial Instruments*) a transação foi reconhecida como modificação de contrato de dívida com efeito negativo no resultado no montante de USD 1.555 (R\$9.626).

5. AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÕES

Política contábil

O método de aquisição é usado para contabilizar cada combinação de negócios realizada pela Companhia, seguindo os critérios da norma contábil. O método de aquisição determina mensurar o custo de uma aquisição pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a Serena, como adquirente, realiza a mensuração da participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao realizar uma combinação de negócios, a Serena avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela Serena é reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo são reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado.

Os ativos intangíveis reconhecidos no âmbito da combinação de negócios são contabilizados de acordo com a política contábil descrita na Nota 13.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença é reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades gerados de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a essas unidades.

Quando uma transação envolver a assunção de controle de negócios pela Companhia, mas sem haver alteração nas partes controladoras finais desse negócio, a Companhia registra a transação pelos seus valores contábeis, sem qualquer ganho ou ágio.

As aquisições de participação em negócios de controle compartilhado também são contabilizadas pelo método de aquisição, contudo considerando a proporção da participação adquirida nos ativos e passivos do negócio controlado em conjunto.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A contabilização da combinação de negócios requer que a Companhia exerça julgamento crítico em relação à determinação do valor justo dos ativos e passivos dos negócios que estão sendo adquiridos. Nesse sentido, a Companhia assume premissas sobre condições futuras que são incertas, incluindo preços futuros de energia, taxas de juros, inflação, condições climáticas, custos operacionais e vidas úteis dos ativos. Alterações em algumas dessas premissas poderão impactar os negócios e os resultados esperados podem divergir materialmente dos valores estimados na data da aquisição do controle.

5.1 Transações ocorridas em 2024

5.1.1 Permuta de ações – Pirapora e Ventos da Bahia (Combinação de negócios realizada em estágios – Ventos da Bahia)

Em 02 de outubro de 2023, por meio de comunicado ao mercado, a Serena Geração divulgou aos seus acionistas e mercado em geral que assinou com EDF EN do Brasil Participações Ltda. (“EDFR”) um Contrato de Permuta de Ações, relacionado à permuta de participações societárias nas sociedades titulares do Complexo Solar Pirapora (“Pirapora”) e Complexo Eólico Ventos da Bahia (“VDB”).

Em 28 de março de 2024, o processo foi finalizado dado que todas as condições precedentes foram atendidas, (i) anuência dos credores (debenturistas, BNDES e BNB) finalizada em 15 de março de 2024 e (ii) contratação da contragarantia em 27 de março de 2024, concluindo a troca de ações, por meio do contrato de permuta com a EDFR trocando sua participação societária que representa 50% das ações da companhia detentora do Complexo Solar Pirapora (“Pirapora”) pelo adicional da

participação societária que representa 50% das ações da companhia detentora do Complexo Eólico de Ventos Da Bahia (“VDB”).

Com a conclusão da operação, a Companhia por meio de sua subsidiária, Serena Geração, passou a deter 100% das participações societárias, e consequentemente o controle das sociedades detentoras do Complexo Eólico Ventos da Bahia (“VDB”), e a EDFR passou a deter 100% das participações societárias, e consequentemente o controle das sociedades titulares do Complexo Solar Pirapora (“Pirapora”), encerrando-se, assim, as *joint ventures* entre a Serena Geração e a EDFR. A permuta permitiu a total integração da gestão dos complexos de VDB à Companhia, seguindo o objetivo da Serena em controlar a operação de seus ativos proporcionando ganhos operacionais importante.

Tendo em vista que a Serena Geração já era titular de 50% das ações de VDB antes da permuta de ações, após a conclusão da transação, a Serena Geração passou a ser titular de 100% das ações de VDB. Uma vez que o controle de um negócio foi adquirido com participação anterior, a transação se enquadra como uma combinação de negócios realizada em estágios, desta forma, a participação anterior foi remensurada ao valor justo na data da aquisição e a Companhia reconheceu um ganho de acordo com o CPC 15 (R1) – Combinação de negócios (IFRS 3 -Business Combinations).

Se os ativos do complexo VDB 1, 2 e 3 tivessem sido consolidados a partir de 1º de janeiro de 2024, a demonstração consolidada do resultado de Serena Energia apresentaria uma receita líquida *proforma* de R\$ 4.189.690 e lucro *proforma* de R\$ 296.450. Essa informação de receita líquida e resultado líquido foi obtida mediante a simples agregação dos valores das empresas adquirida e adquirente e não representa os valores reais consolidados para o exercício (não auditada).

A seguir demonstrativos dos valores finais:

	28 de março de 2024
Valor contábil de 50% de Pirapora (PL + mais valias da compra original)	(387.607)
Valor justo de 50% de Pirapora	653.678
Ganho na permuta de Pirapora (a)	266.071
Valor contábil de 50% de VDB (PL + mais valias da compra original)	(569.376)
Valor justo da participação anterior de VDB	657.975
Ganho na remensuração do valor justo da participação anterior de VDB (b)	88.599
(a + b) Total do ganho na operação	354.670
Despesa de imposto de renda diferido passivo sobre os ganhos	(120.588)
Ganho líquido de impostos	234.082
	28 de março de 2024
Total da contraprestação transferida (Valor justo da participação em Pirapora)	653.678
Valor justo da participação na VDB mantida antes da transação	657.975
Total da contraprestação	1.311.653
Ativos adquiridos e passivos assumidos	696.258
Autorização governamental	932.416
Imposto de renda diferido sobre a mais valia	(317.021)
	1.311.653

5.2 Aquisição de controle – Energizou Comercializadora de Energia S.A.

Em 22 de novembro de 2024, por meio de comunicado ao mercado, a Serena Geração divulgou aos seus acionistas e mercado em geral que assinou com Liberty Energy S.A. e demais acionistas minoritários (“Liberty”) um Contrato de compra e venda de ações, relacionado à aquisição de 100% das ações da companhia Energizou Comercializadora de Energia S.A. (“Energizou”).

Com a conclusão da operação, a Companhia por meio de sua subsidiária, Serena Geração, passou a deter 100% do capital social da Energizou, e conseqüentemente o controle da companhia. A aquisição permite a Serena Energia assumir a gestão da Energizou, incluindo sua carteira de clientes.

Tendo em vista que a Serena Geração adquiriu o controle da Energizou, a transação se enquadra como uma combinação de negócios, desta forma, a operação foi avaliada por laudo de PPA considerando a mensuração ao valor justo na data da aquisição e a Companhia reconheceu ganho por compra vantajosa por aquisição de acordo com o CPC 15 (R1) – Combinação de negócios (IFRS 3 -Business Combinations).

(a) Contraprestação pela aquisição de controle da Energizou

A transação está sujeita a contraprestações contingentes ou possui direito a indenizações que possam afetar o preço de compra.

O quadro abaixo apresenta um resumo da apuração dos valores da transação no momento da sua conclusão.

Foi reconhecido um ganho de R\$ 967 como resultado da mensuração ao valor justo da participação nos ativos da Energizou. Os ganhos estão incluídos em Outras receitas (despesas) operacionais na demonstração do resultado do exercício em 31 de dezembro de 2024.

O quadro abaixo apresenta um resumo da apuração dos valores da transação no momento da sua conclusão:

	30 de novembro de 2024
Preço de compra	20.487
Total preço de compra (a)	20.487
Valor contábil	(23.360)
Acervo líquido (b)	(23.360)
Valor justo contábil (c)	(21.454)
(b - c) Ajuste ao valor justo	(1.906)
(a - c) Ganho líquido por compra vantajosa	(967)

- (i) A Companhia tem o prazo de 12 meses para validar o laudo de PPA da transação e os seus registros contábeis, bem como o prazo de 13 meses para registrá-lo para fins fiscais. Os valores apresentados representam a melhor estimativa da administração.

(b) Ativos adquiridos e passivos assumidos

Abaixo são demonstrados os saldos patrimoniais consolidados dos ativos da Energizou comercializadora que passaram a ser consolidados com a operação:

		30 de novembro de 2024	
	Ativo		Passivo
Caixa e equivalentes de caixa	2.872		
Clientes	6.409	Fornecedores	7.595
Contratos futuros de energia	69.647	Contratos futuros de energia	47.909
Demais ativos	2.167	Outras obrigações	2.231
Total ativo	81.095	Total passivo	57.735
		Total patrimônio líquido	23.360
Total ativo	81.095	Total passivo e patrimônio líquido	81.095

6. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A Companhia possui três segmentos reportáveis: i) operações provenientes de geração de energia, ii) comercialização e iii) desenvolvimento de projetos. Os segmentos estão alinhados com a estrutura utilizada pela Administração para avaliar o desempenho do Grupo e estão refletidos em seus relatórios gerenciais utilizados para o acompanhamento e tomada de decisões. Os órgãos responsáveis por tomar essas decisões operacionais, de alocação de recursos e de avaliação de desempenho incluem as Diretorias Executivas e o Conselho de Administração, avaliam o desempenho de seus segmentos de negócio por meio do EBITDA, como uma das informações principais para tomada de decisão. Na atividade de desenvolvimento de projetos, há destaque para a gestão e acompanhamento do cronograma físico-financeiro além de taxa interna de retorno.

As informações apresentadas à Administração com o respectivo desempenho de cada segmento são derivadas dos registros mantidos de acordo com as práticas contábeis, com algumas realocações entre os segmentos.

No quadro a seguir apresentamos as informações operacionais relativas aos ativos de cada segmento:

UGCs	Segmento	Número de parques em operação	Estado	Início de autorização	Término da autorização	Capacidade instalada (MW)	Principal ambiente de contratação
Serena Geração - Filial Chuí	Geração	28	RS	fev-12	jun-49	582,8	ACL
Assuruá 1 e 2	Geração	13	BA	fev-14	abr-50	303,0	5ºLER 05/2013 e 6ºLER 08/2014
Goodnight I	Geração	1	Texas (USA)	jan-24	-	265,5	Merchant
Assuruá 5	Geração	6	BA	jan-22	jan-57	243,6	ACL
Delta 3	Geração	8	MA	mar-16	mar-51	220,8	22ºLEN A-3 04/2015 e 08ºLER 04/2015
Assuruá 4	Geração	6	BA	ago-21	ago-56	211,5	ACL
Delta 7 e 8	Geração	3	MA	jan-19	jan-54	97,2	ACL

Delta 2	Geração	3	PI	ago-11	mar-51	77,8	18ºLEN A-5 10/2013 e 22ºLEN A-3 04/2015
Delta 1	Geração	3	PI	abr-12	abr-47	70,0	12ºLEN A-3 02/2011
Delta 5 e 6	Geração	4	MA	mar-18	mar-53	54,0	26ºLEN A-6 05/2017
Assuruá 3	Geração	2	BA	jul-15	jul-50	50,0	20ºLEN A-5 06/2014
Indaiás	Geração	2	MS	mar-09	mar-39	32,5	ACL
Serra das Agulhas	Geração	1	MG	jul-13	jul-43	30,0	18ºLEN A-5 10/2013 e 23ºLEN A-5 01/2016
Serena Geração - Filial Gargaú	Geração	1	RJ	out-02	out-32	28,1	PROINFA
Ventos da Bahia 1 e 2 (ii)	Geração	7	BA	ago-14	jun-51	182,1	18ºLEN A-5 10/2013 e 08ºLER 09/2015
Ventos da Bahia 3 (ii)	Geração	4	BA	jan-19	jan-54	181,5	28ºLEN A-6 03/2018 e ACL
Pipoca (i)	Geração	1	MG	set-01	set-31	20,0	ACL
Serena Comercializadora	Comercialização	N.A.	SP	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Serena Geração - Holding	Comercialização	N.A.	SP	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Energizou	Comercialização	N.A.	SP	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Arco Energia S.A. (iii)	Desenvolvimento	N.A.	SP	N.A.	N.A.	108,5	N.A.
Omega US Holding II	Comercialização	N.A.	Texas (USA)	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Goodnight II	Desenvolvimento	N.A.	Texas (USA)	N.A.	N.A.	265,5	N.A.

- (i) Participação de 51%.
- (ii) Em março de 2024, a Companhia passou a deter 100% (em 2023 detinha 50%) dos complexos de Ventos da Bahia 1, 2 e 3, conforme Nota 5.1.1.
- (iii) Capacidade estimada nos projetos.

6.1 Demonstração dos resultados

Os quadros abaixo apresentam o resultado consolidado da Companhia distribuído entre os três segmentos reportáveis:

	2024			
	Geração	Comercialização	Desenvolvimento de projeto	Consolidado
Receita operacional líquida	1.482.355	2.629.263	13.362	4.124.980
Custos da operação e compra de energia	(797.893)	(1.941.408)	(124)	(2.739.425)
Lucro bruto	684.462	687.855	13.238	1.385.555
Brasil	642.216	687.855	13.238	1.343.309
Estados Unidos	42.246	-	-	42.246
Gerais e administrativas	(142.101)	(52.112)	(9.832)	(204.045)
Outras receitas (despesas) operacionais (i)	350.275	2.146	1.341	353.762
Resultado de equivalência patrimonial	99.252	-	(85.088)	14.164
Resultado operacional	991.888	637.889	(80.341)	1.549.436
Receitas financeiras	118.781	21.993	8.418	149.192
Despesas financeiras	(781.842)	(138.278)	(239.932)	(1.160.052)
Resultado antes do IRPJ/CSLL	328.827	521.604	(311.855)	538.576
Despesas com IRPJ e CSLL	(237.133)	(3.014)	(1.006)	(241.153)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	91.694	518.590	(312.861)	297.423
(+) Resultado financeiro	663.061	116.285	231.514	1.010.860
(+) IRPJ e CSLL	237.133	3.014	1.006	241.153
EBIT	991.888	637.889	(80.341)	1.549.438
(+) Depreciação e amortização	743.320	9.491	1.238	754.049
EBITDA	1.735.208	647.380	(79.103)	2.303.485

- (i) No primeiro trimestre de 2024, foi realizado o evento de permuta de ações (Nota 5.1.1) que incorreu em ganho não recorrente reconhecido em outras receitas operacionais no segmento de Geração.

	2023			
	Geração	Comercialização	Desenvolvimento de projeto	Consolidado
Receita operacional líquida	1.315.994	1.715.904	5.421	3.037.319
Custos da operação e compra de energia	(592.936)	(1.421.547)	(329)	(2.014.812)
Lucro bruto	723.058	294.357	5.092	1.022.507
Brasil	723.058	294.357	5.092	1.022.507
Estados Unidos	-	-	-	-
Gerais e administrativas	(141.264)	(19.192)	(17.183)	(177.639)
Outras receitas (despesas) operacionais	25.249	(621)	(350)	24.278
Resultado de equivalência patrimonial	82.943	(88.150)	88.146	82.939
Resultado operacional	689.986	186.394	75.705	952.085
Receitas financeiras	114.533	9.872	(4.518)	119.887
Despesas financeiras	(698.271)	(150.900)	(71.290)	(920.461)
Resultado antes do IRPJ/CSLL	106.248	45.366	(103)	151.511
Despesas com IRPJ e CSLL	(86.490)	(1.450)	(1.393)	(89.333)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	19.758	43.916	(1.496)	62.178
(+) Resultado financeiro	583.738	141.028	75.808	800.574
(+) IRPJ e CSLL	86.490	1.450	1.393	89.333
EBIT	689.986	186.394	75.705	952.085
(+) Depreciação e amortização	466.650	3.747	1.713	472.110
EBITDA	1.156.636	190.141	77.418	1.424.195

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, APLICAÇÕES FINANCEIRAS E CAIXA RESTRITO

Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários de curto prazo com resgate, junto ao próprio emissor, em até 90 dias da data da aplicação, considerados de liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedam o seu valor de mercado ou de realização.

Quando a aplicação apresenta algum tipo de restrição ao resgate, por estarem vinculadas a operações de créditos ou foram cedidas como garantias em operações comerciais, são registradas como aplicações financeiras mantidas até o vencimento, registradas ao custo amortizado e classificadas no ativo não circulante quando o vencimento for superior a 12 meses.

	Consolidado	
	2024	2023
Bancos	82.719	53.570
Aplicações financeiras de liquidez imediata	1.345.255	-
Caixa e equivalentes de caixa	1.427.974	53.570
Aplicações financeiras	-	896.592
Aplicações financeiras – Caixa restrito	487.670	231.144
Total	1.915.644	1.181.306

Em 31 de dezembro de 2024, o caixa e equivalentes de caixa incluem, saldos em contas bancárias e aplicações financeiras classificadas no ativo circulante compostas por Certificados de Depósitos Bancários e Operações Compromissadas. As aplicações financeiras classificadas como caixa restrito e mantidas no ativo não circulante incluem instrumentos de renda fixa, contratadas em condições e taxas normais de mercado, como forma de garantia e vinculadas aos financiamentos obtidos junto ao BNDES, BNB e Debêntures dos projetos, descritos na Nota 14.

8. CLIENTES

Política contábil

São instrumentos financeiros classificados na categoria Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e representam os valores a receber pela venda de energia efetuadas pela Companhia. Os valores a receber são registrados inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, deduzidos de eventuais estimativas de perdas para cobrir eventuais prejuízos na sua realização, quando aplicável.

A Companhia utiliza uma matriz de perdas estimadas para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de perdas estimadas aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários clientes que apresentam padrões de perda semelhantes. A matriz de perdas estimadas baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia, sendo revisada de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito.

As operações de trading de energia são transacionadas no mercado e, para fins de mensuração contábil, atendem à definição de instrumentos financeiros ao valor justo. A receita é reconhecida quando da entrega da energia ao cliente pelo valor justo da contraprestação. Adicionalmente, são reconhecidos como receita os ganhos líquidos não realizados decorrentes da marcação a mercado – diferença entre os preços contratados e os de mercado – das operações líquidas contratadas em aberto na data das demonstrações financeiras.

Consolidado

	2024	2023
Consumidores livres e distribuidoras	351.752	308.243
Contratos mercado regulado	110.335	58.045
Excedente contratos regulados	59.223	65.786
MCP - CCEE	24.455	13.085
Outras contas a receber	74.686	23.889
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD (i)	(2.210)	(2.210)
Total	618.241	466.838
Apresentados no ativo:		
Circulante	576.584	409.319
Não circulante	41.657	57.519

(i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve novas adições de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa. O saldo demonstrado é referente a dois clientes que entraram em recuperação judicial.

Consumidores livres e distribuidoras: representados por contas a receber de comercializadoras relativas à energia gerada pelos ativos eólicos e PCHs e liquidadas no curto prazo, ao preço de mercado, negociados pelas subsidiárias da Serena Energia e seus clientes livremente. Normalmente possuem prazo de recebimento inferior a 45 dias.

Contratos mercado regulado (LER, LEN, Proinfa): representados por contas a receber de distribuidoras e LER no âmbito de contratos adquiridos em leilões, bem como contratos no âmbito do PROINFA que são faturados exclusivamente para a Eletrobras. Os preços decorrem do leilão, ajustados por índices inflacionários. Possuem prazo de recebimento inferior a 45 dias.

Excedente contratos regulados: representado pela diferença da geração realizada (negativa ou positiva), em relação a obrigação mensal dos contratos. As diferenças implicam em registro de estimativas de ativos e ou passivos contratuais reconhecidos no resultado como ajustes positivos ou negativos da receita do exercício.

MCP - CCEE: o saldo a receber decorre do mecanismo de fechamento de posição energética na CCEE, que ajusta as receitas faturadas mensalmente por meio da garantia física registrada pela Serena Energia na CCEE à quantidade física efetivamente gerada, podendo representar um valor a receber ou a pagar. De acordo com as regras da CCEE, esses valores geralmente são liquidados dentro do prazo de 45 dias. O risco de crédito desse ativo decorre da própria CCEE.

O saldo a receber registrado no ativo não circulante decorre da contabilização CCEE, cuja mecânica contratual prevê a liquidação em prazo superior a 12 meses.

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

	A vencer	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	(-) PECLD	Consolidado
								Total
Comercializadora, consumidores livres e transmissores	348.168	690	223	64	281	2.326	-	351.752
Contratos mercado regulado	110.283	-	-	-	-	52	-	110.335
Excedente mercado regulado	59.223	-	-	-	-	-	-	59.223
MCP – CCEE	24.455	-	-	-	-	-	-	24.455
Outras contas a receber	74.686	-	-	-	-	-	-	74.686
PECLD	-	-	-	-	-	-	(2.210)	(2.210)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	616.815	690	223	64	281	2.378	(2.210)	618.241
Saldos em 31 de dezembro de 2023	437.680	12.714	14.644	55	102	3.853	(2.210)	466.838

9. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Consolidado	
	2024	2023
IRRF/CSLL	97.082	81.044
PIS/COFINS	58.204	39.724
ICMS	4.681	4.328
IOF	102	102
Production tax credit – PTC	81.221	3.933
	241.290	129.131
Apresentados no passivo:		
Circulante	206.074	107.302
Não circulante	35.216	21.829

Tributos a recuperar: contemplam créditos tributários apurados na esfera federal (PIS, COFINS, IR e CSLL) e estadual (ICMS) decorrentes das operações comerciais, de investimentos financeiros e da aquisição de equipamentos. Os saldos de IRPJ e CSLL incluem retenções referentes aos resgates das aplicações financeiras. As operações comerciais no âmbito do PROINFA também sofrem retenções na fonte dos impostos federais.

Production tax credit – PTC: refere-se à parcela alocada à Serena Power dos créditos fiscais de produção (*production tax credits*) (PTC) relacionados à energia elétrica gerada e vendida pelo projeto Goodnight I.

10. OUTROS CRÉDITOS

	Consolidado	
	2024	2023
Adiantamento a fornecedores	103.031	14.541
Despesas a apropriar	36.036	19.869
Ativos de indenização na aquisição de empresas	8.814	8.814
Depósitos judiciais	6.925	488
Instrumentos financeiros (Nota 28)	78.894	91.835
Depósito caução	17.671	17.868
Estimativas de outras contas a receber	31.215	13.932
Outros	38.186	17.707
Total	320.772	185.054
Apresentados no ativo:		
Circulante	226.037	109.111
Não circulante	94.735	75.943

A natureza das principais contas da Companhia e empresas controladas é descrita abaixo.

Adiantamento a fornecedores: referem-se substancialmente a prestadores de serviços terceirizados para atividades de operação e manutenção nos parques.

Despesas a apropriar: referem-se substancialmente a seguros pagos antecipadamente. O aumento apresentado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é ocasionado devido a renovação de seguros operacionais da Companhia.

Ativos de indenização na aquisição de empresas: direitos de indenização oriundos da aquisição de Assuruá 1 e 2 relacionados a passivos fiscais contingentes.

Instrumentos financeiros: Refere-se à opção de venda de energia no mercado do Texas (ERCOT), conforme detalhado na Nota 28.

Estimativas de outras contas a receber: Refere-se à valores a receber por multas contratuais de asseguração de disponibilidade de geração nos ativos operacionais.

11. INVESTIMENTOS

Política contábil

A Companhia controla uma entidade quando conduz unilateralmente suas políticas financeiras e operacionais, se expondo aos retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

Investimentos em coligadas decorrem de participações em empresas nas quais a companhia não possui controle para conduzir unilateralmente suas políticas financeiras e operacionais, mantendo apenas influência significativa na investida. Esses investimentos são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e não são consolidados.

Investimentos em *joint ventures* decorrem de participações em empresas cujo controle é compartilhado com uma ou mais partes e nenhuma das partes conduz unilateralmente suas políticas financeiras e operacionais. Esses investimentos são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e não são consolidados.

O investimento da Companhia em controladas, coligadas e *joint ventures* inclui a mais valia decorrente do valor justo de ativos tangíveis e intangíveis contabilizados na

aquisição da participação pelo método de aquisição, conforme política contábil descrita na Nota 5. Ganhos ou perdas resultantes de alterações na participação societária em controladas, que não resultem em perda de controle, são contabilizados diretamente no patrimônio líquido.

11.1 Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

	Controladora		
	Serena Geração	Serena Desenvolvimento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.447.063	769.331	5.216.394
Resultado de equivalência patrimonial	686.407	(367.840)	318.567
Compra de participação em coligadas (i)	-	3.702	3.702
Compra de participação em coligadas - Mais valia (i)	-	690	690
Ganho e perda aumento capital minoritários em investidas	-	(65)	(65)
Efeito reflexo conversão de moeda	-	126.485	126.485
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.133.470	532.303	5.665.773

(i) Empresa coligada conforme Nota 2.4 (Emana Investimentos).

	Consolidado								
	Pipoca	Mais valia	Emana Investimentos	Mais Valia	Pirapora	Mais valia	Ventos da Bahia 1, 2 e 3	Mais valia	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	45.518	822	-	-	164.051	206.486	327.569	223.711	968.157
Resultado de equivalência patrimonial	14.747	(110)	260	-	8.604	(3.356)	(1.330)	(2.676)	16.139
Permuta de ações VDB 1, 2 e 3 (i)	-	-	-	-	-	-	(326.239)	(221.243)	(547.482)
Baixas (i)	-	-	-	-	(172.655)	(203.130)	-	-	(375.785)
Compra de participação em coligadas (ii)	-	-	3.702	690	-	-	-	-	4.392
Dividendos	(7.704)	-	-	-	-	-	-	-	(7.704)
Amortização IR/CS diferido	-	-	-	-	-	-	-	208	208
Saldos em 31 de dezembro de 2024	52.561	712	3.962	690	-	-	-	-	57.925

(i) Aquisição de mais 50% de VDB 1, 2 e 3 conforme Nota 5.1.1.

(ii) Empresa coligada conforme Nota 2.4 (Emana Investimentos).

11.2 Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

	Controladora		
	Serena Geração	Serena Desenvolvimento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	4.244.041	609.222	4.853.263
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	317.450	317.450
Resultado de equivalência patrimonial	203.022	(121.697)	81.325
Diluição de participação na ARCO	-	(2.555)	(2.555)
Efeito reflexo conversão de moeda	-	(33.089)	(33.089)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.447.063	769.331	5.216.394

	Consolidado						
	Pipoca	Mais valia	Pirapora	Mais valia	Ventos da Bahia 1, 2 e 3	Mais valia	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	48.652	928	143.937	219.911	306.306	233.721	953.455
Resultado de equivalência patrimonial	16.624	(106)	46.904	(13.425)	43.855	(10.913)	82.939
Dividendos	(19.758)	-	(26.790)	-	(22.592)	-	(69.140)
Amortização IR/CS diferido	-	-	-	-	-	903	903
Saldos em 31 de dezembro de 2023	45.518	822	164.051	206.486	327.569	223.711	968.157

11.3 Investimento mantido no Consolidado - Joint Venture - Hidrelétrica Pipoca

A *joint venture* Pipoca é um investimento de controle compartilhado com a Cemig Geração e Transmissão S.A ("Cemig") por meio da participação indireta de 51% do

capital social por meio da Serena Geração S.A. Detendo o controle conjunto pois, conforme os acordos contratuais, é requerido consenso unânime entre todas as partes do acordo para todas as atividades relevantes.

O acordo conjunto do Grupo está estruturado na forma de sociedade anônima e, segundo os acordos contratuais, confere a Serena e às partes do acordo direitos aos ativos líquidos da sociedade anônima. Por essa razão, esse investimento é classificado como *joint venture*.

Os ativos de Pipoca referem-se a uma PCH, localizada no Rio Manhuaçu, entre os Municípios de Ipanema e Caratinga, tendo iniciado a operação de geração de energia em outubro de 2010 com capacidade instalada de 20 MW. O prazo de autorização para exploração é de 30 anos, os quais poderão ser prorrogadas por mais 30 anos de acordo com os termos da Lei 13.360/2016.

11.3.1 Resumo das informações financeiras

O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras das controladas e *joint ventures*.

(i) Balanço patrimonial sintético

	Serena Geração		Controladas	
	2024	2023	Serena Desenvolvimento 2024	2023
Circulante				
Ativo	2.863.144	1.615.985	465.287	510.399
Passivo	(1.415.671)	(1.216.203)	(1.903.535)	(3.127.089)
Ativo circulante líquido	1.447.473	399.782	(1.438.248)	(2.616.690)
Não circulante				
Ativo	10.481.506	9.252.119	6.849.893	5.822.945
Passivo	(6.795.509)	(5.204.838)	(4.814.157)	(2.401.965)
Ativo não circulante líquido	3.685.997	4.047.281	2.035.736	3.420.980
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	5.133.470	4.447.063	532.303	769.331
Patrimônio líquido atribuível aos não controladores	-	-	65.185	34.959
Patrimônio líquido	5.133.470	4.447.063	597.488	804.290

	Pipoca		Pirapora (i)		Joint ventures	
	2024	2023	2024	2023	Ventos da Bahia (i) 2024	2023
Circulante						
Ativo	20.936	10.778	-	333.454	-	254.907
Passivo	(3.867)	(16.069)	-	(125.941)	-	(100.568)
Ativo circulante líquido	17.069	(5.291)	-	207.513	-	154.339
Não circulante						
Ativo	93.535	95.345	-	1.406.016	-	882.550
Passivo	(316)	(804)	-	(1.232.761)	-	(672.714)
Ativo não circulante líquido	93.219	94.541	-	173.255	-	209.836
Patrimônio líquido	110.288	89.250	-	380.768	-	364.175

- (i) Em março de 2024, a Companhia passou a deter 100% (2023 detinha 50%) dos complexos de Ventos da Bahia 1, 2 e 3, zerando a participação nos complexos de Pirapora, conforme Nota 5.1.1.

(ii) Demonstração do resultado sintético

	Serena Geração		Serena Desenvolvimento		Controladas
	2024	2023	2024	2023	2023
Lucro bruto	3.755.857	2.753.858	781.949		392.851
Resultado operacional	1.429.926	776.608	143.666		204.171
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	900.757	274.217	(341.050)		(104.223)
Lucro (prejuízo) líquido	686.407	203.022	(367.840)		(121.697)

	Pipoca (i)		Pirapora (ii)		Joint ventures	
	2024	2023	2024	2023	Ventos da Bahia (ii)	2023
Lucro bruto	44.882	45.624	-	214.748	-	192.518
Resultado operacional	29.977	33.091	-	214.091	-	195.474
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	30.690	35.216	-	108.452	-	108.717
Lucro líquido	29.494	33.248	-	93.808	-	87.710

- (ii) Participação de 51%.

- (iii) Em março de 2024, a Companhia passou a deter 100% (2023 detinha 50%) dos complexos de Ventos da Bahia 1, 2 e 3, zerando a participação nos complexos de Pirapora, conforme Nota 5.1.1.

11.4 Investimento mantido no Consolidado – Coligada – Emaná Investimentos

A Serena detém 50% do capital social total na investida Emaná Investimentos de Energia S.A., representando 100% das ações preferenciais da investida. Possuindo influência significativa, mas não o controle, conforme os acordos contratuais.

O acordo conjunto do Grupo está estruturado na forma de sociedade anônima e, segundo os acordos contratuais, confere a Serena direito preferencialista na distribuição de dividendos e direitos aos ativos líquidos da sociedade anônima na proporção de seu investimento, além de preferência na totalidade de distribuições de dividendos da Emaná. Por essa razão, esse investimento é classificado como coligada.

12. IMOBILIZADO

Política contábil

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Os custos com pequenas manutenções periódicas e rotineiras são reconhecidos no resultado quando incorridos.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício social, e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável.

Projetos em andamento são classificados nas categorias adequadas do imobilizado em uso quando concluídos e prontos para o uso pretendido.

Os custos de descomissionamento dos parques são contabilizados no custo inicial do ativo imobilizado com base em projeções dos custos que se esperam incorrer para desmontar os parques eólicos e restaurar a localidade realizadas pela Companhia. Os valores são amortizados com base nos prazos de autorização dos parques e o passivo, registrado ao valor presente, é recomposto pela taxa de desconto estimada inicialmente, em contrapartida de uma despesa financeira.

A depreciação dos ativos em operação é calculada pelo método linear, levando em consideração a vida útil estimada dos bens e a orientação do órgão regulador, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam a vida útil estimada dos bens, limitadas ao prazo da autorização de funcionamento das usinas.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas das vidas úteis dos ativos são periodicamente avaliadas e atualizadas. O cálculo das vidas úteis requer que a Companhia assuma premissas sobre condições futuras que são incertas. Alterações em algumas dessas premissas assumidas poderão ter impacto significativo nos ativos da Companhia.

Ao determinar o valor da provisão de descomissionamento, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto, ao custo esperado para a remoção de todo parque eólico e a época esperada dos referidos custos.

12.1 Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

	Consolidado							Total
	Máquinas e equipamentos	Reservatório, barragens e adutoras	Edificações	Ativo de direito de uso de arrendamento	Implantação e desenvolvimento de projetos (ii)	Terrenos	Outros	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	8.206.132	145.985	921.880	171.604	2.352.594	13.935	7.809	11.819.939
Adições	36.637	2.521	2.981	71	317.380	-	4.118	363.708
Capitalizações de encargos financeiros	-	-	-	-	58.005	-	-	58.005
Remensuração (Nota 20)	-	-	-	44.032	-	-	-	44.032
Adição arrendamentos (Nota 20)	-	-	-	112.860	-	-	-	112.860
Aquisição de empresas (i)	1.278.540	-	253.352	29.007	1.773	-	14	1.562.686
Depreciação	(556.743)	(3.669)	(64.570)	(27.618)	-	-	(2.444)	(655.044)
Baixas	(i)	-	-	(761)	-	-	(368)	(1.130)
Efeito de conversão de moeda	687.104	-	196.342	5.879	(388.207)	-	102	501.220
Transferências (iii)	1.401.270	6	354.663	(5.810)	(1.761.178)	-	4.558	(6.491)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	11.052.939	144.843	1.664.648	329.264	580.367	13.935	13.789	13.799.785
Custo histórico	12.323.401	156.121	1.784.043	377.896	580.367	13.935	17.489	15.253.252
Depreciação acumulada	(1.270.462)	(11.278)	(119.395)	(48.632)	-	-	(3.700)	(1.453.467)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	11.052.939	144.843	1.664.648	329.264	580.367	13.935	13.789	13.799.785

- (i) Aquisição de participação adicional de 50% em VDB 1, 2 e 3 conforme Nota 5.1.1.
- (ii) Refere-se à implantação de projetos de geração distribuída da Arco Energia. As capitalizações referem-se aos gastos que estão diretamente vinculados à construção dos parques, tais como: gastos com pessoal, serviços, resultado financeiro, entre outros, quando da conclusão da construção dos parques, esses custos são alocados para o imobilizado em serviço.
- (iii) Saldo remanescente de R\$6.491 refere-se à transferência ocorrida entre imobilizado e intangível no exercício.

12.2 Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

	Máquinas e equipamentos	Reservatório, barragens e adutoras	Edificações	Ativo de direito de uso de arrendamento	Implantação e desenvolvimento de projetos	Consolidado	
						Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	5.967.065	287.115	355.771	103.058	2.883.162	89.863	9.686.034
Adições e capitalizações	24.600	1.523	1.051	-	2.487.582	1.842	2.516.598
Adições de veículos	-	-	-	988	-	-	988
Adição cessão de ativo	-	-	-	87.765	-	-	87.765
Adição de terras	-	-	-	27.027	-	-	27.027
Depreciação	(370.589)	(3.679)	(29.795)	(10.179)	-	(387)	(414.629)
Baixas	(6.124)	-	-	-	(2)	-	(6.126)
Baixas arrendamentos	-	-	-	(43.774)	-	-	(43.774)
Remensuração descomissionamento	48.522	-	-	-	-	-	48.522
Remensuração arrendamentos	-	-	-	6.719	-	-	6.719
Efeito de conversão de moeda	-	-	-	-	(89.185)	-	(89.185)
Transferências	2.542.658	(138.974)	594.853	-	(2.928.963)	(69.574)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	8.206.132	145.985	921.880	171.604	2.352.594	21.744	11.819.939
Custo histórico	8.919.853	153.594	976.705	192.618	2.352.594	23.000	12.618.364
Depreciação acumulada	(713.721)	(7.609)	(54.825)	(21.014)	-	(1.256)	(798.425)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	8.206.132	145.985	921.880	171.604	2.352.594	21.744	11.819.939

Os empréstimos e financiamentos exigem alienação fiduciária ou penhor sobre os ativos da Companhia. Na Nota 14.1 há o detalhe dos empréstimos que exigem esse tipo de garantia.

As taxas de depreciação estabelecidas pela ANEEL, que correspondem à vida útil estimada dos bens, para os principais grupos de ativos que compõem os parques geradores da Companhia, são estas:

UGC	Máquinas e equipamentos	Reservatório, barragens e adutoras	Taxa de depreciação	
			Edificações	Móveis e utensílios
Serena Geração – Filial Chuí	4,00%	-	3,10%	7,60%
Serena Geração – Filial Gargaú	3,70%	-	3,70%	8,40%
UGC Assuruá 1 e II	4,20%	-	4,00%	12,70%
UGC Assuruá 3	4,10%	-	3,40%	7,40%
UGC Assuruá 4	4,40%	-	3,50%	10,90%
UGC Assuruá 5	4,40%	-	3,50%	10,90%
UGC Delta 1	4,20%	-	3,30%	7,40%
UGC Delta 2	4,20%	-	3,70%	7,10%
UGC Delta 3	3,30%	-	3,00%	3,80%
UGC Delta 5	4,00%	-	3,20%	8,00%
UGC Delta 6	4,00%	-	3,20%	8,00%
UGC Delta 7	4,00%	-	3,20%	8,00%
UGC Delta 8	4,00%	-	3,20%	8,00%
UGC Indaiás	3,80%	2,30%	3,00%	9,30%
UGC Serra das Agulhas	4,00%	2,10%	3,250%	6,70%
UGC Ventos da Bahia	4,40%	-	3,30%	6,90%
UGC GNI	4,40%	-	5,00%	10,90%
GD Parnaíba	4,20%	-	3,30%	-
Comercializadora	-	-	3,20%	16,70%

A Companhia não alterou a expectativa de vida útil de seus ativos para o exercício 31 de dezembro de 2024.

13. INTANGÍVEL

Política contábil

Os intangíveis são registrados ao custo de aquisição ou pelo valor justo dos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócio, reduzidos da amortização acumulada apurada pelo método linear. Estes intangíveis possuem vidas úteis definidas com base nos contratos comerciais ou autorizações governamentais.

Os intangíveis relacionados aos contratos de venda de energia elétrica adquiridos em combinação de negócio são amortizados pelo prazo médio de 34 anos. Os direitos de autorização são amortizados pelo prazo legal, pelo prazo médio de 30 anos, estendidos por mais 20 anos quando a Companhia possui o direito adquirido de renovar as autorizações.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Os ativos intangíveis decorrem substancialmente de contratos de venda de energia e autorizações governamentais, adquiridos em combinações de negócios e foram reconhecidos com base em seu valor justo. A mensuração do valor justo na ocasião da aquisição envolve alto grau de estimativa e julgamento da Administração na determinação das premissas utilizadas, tais como disponibilidade de recursos naturais, preços de mercado, vidas úteis e a taxa de desconto que podem alterar significativamente o valor justo do ativo em seu reconhecimento inicial.

13.1 Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

	Contrato energia - PPA	Direitos de autorização	Sistema de transmissão	Estudos e projetos	Software	Outros	Consolidado Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	503.775	323.173	5.125	473.745	64.943	16.287	1.387.048
Adições	-	-	-	-	13.362	-	13.362
Aquisição de empresas (i)	-	930.511	-	1.675	30	-	932.216
Baixas	-	-	-	-	-	(461)	(461)
Amortização	(41.483)	(42.900)	(1)	-	(14.464)	(157)	(99.005)
Efeito de conversão de moeda	-	74.816	-	24.962	69	-	99.847
Transferências (ii)	212.944	(15.926)	6.484	(191.827)	1.077	(6.261)	6.491
Saldos em 31 de dezembro de 2024	675.236	1.269.674	11.608	308.555	65.017	9.408	2.339.498
Custo histórico	798.140	1.328.097	11.652	308.555	97.559	13.015	2.557.018
Depreciação acumulada	(122.904)	(58.423)	(44)	-	(32.542)	(3.607)	(217.520)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	675.236	1.269.674	11.608	308.555	65.017	9.408	2.339.498

(i) Aquisição de participação adicional de 50% em VDB 1, 2 e 3 conforme Nota 5.1.1.

(ii) Saldo remanescente de R\$6.491 refere-se à transferência ocorrida entre imobilizado e intangível no exercício.

13.2 Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

							Consolidado	
	Contrato energia - PPA	Direitos de autorização	Sistema de transmissão	Estudos e projetos	Software	Outros	Total	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	545.257	328.592	5.145	503.585	63.274	16.990	1.462.843	
Adições	-	-	-	-	12.075	-	12.075	
Baixa (i)	-	-	-	-	-	(549)	(549)	
Amortização	(41.482)	(5.419)	(20)	-	(10.406)	(154)	(57.481)	
Efeito de conversão de moeda	-	-	-	(29.840)	-	-	(29.840)	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	503.775	323.173	5.125	473.745	64.943	16.287	1.387.048	
Custo histórico	585.196	338.696	5.168	473.745	83.021	19.740	1.505.566	
Amortização acumulada	(81.421)	(15.523)	(43)	-	(18.078)	(3.453)	(118.518)	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	503.775	323.173	5.125	473.745	64.943	16.287	1.387.048	

Power Purchase Agreement – PPA: decorrem de intangíveis relativos aos contratos de longo prazo de comercialização de energia existentes na data da aquisição de ativos.

Direitos de autorização: relativos a intangíveis dos complexos Indaiás, Serra das Agulhas, Delta 2, Delta 3, Assuruá 1, 2, 3, Chuí, VDB 1, 2 e 3 decorrentes de autorizações governamentais para a operação dos parques adquiridos.

Sistema de transmissão: relativos aos direitos de servidão sobre as linhas dos complexos de Serra das Agulhas e Delta 3.

Estudos e projetos: refere-se à aquisição dos projetos Goodnight e Assuruá 6 composto por: dados de vento, *layout* dos aerogeradores e rede de transmissão, estudo técnico de fator de capacidade.

Software: composto por sistemas proprietários de comercialização de energia e aquisição de sistemas de gestão financeira e administrativa da Companhia.

A Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não houve indicativo de desvalorização que demandassem teste de recuperabilidade desses ativos.

14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Política contábil

Referem-se a passivos financeiros reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Os juros são contabilizados no resultado como uma despesa financeira durante o período em que

os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

Os juros de empréstimos e financiamento são capitalizados como parte do imobilizado se esses custos forem diretamente relacionados a um ativo qualificado em construção. A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretendido. Juros de empréstimos não capitalizados são reconhecidos no resultado no período que foram incorridos.

14.1 Composição do saldo

	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023	2024	Total
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Em moeda nacional						
BNDES	199.747	142.983	2.179.330	1.799.109	2.379.077	1.942.092
BNB	97.892	91.705	1.602.998	1.229.040	1.700.890	1.320.745
Debêntures	1.494.447	1.115.592	3.060.576	2.979.634	4.555.023	4.095.226
CCB	-	20.323	-	11.667	-	31.990
FDNE	62.750	-	740.608	557.964	803.358	557.964
	1.854.836	1.370.603	7.583.512	6.577.414	9.438.348	7.948.017
Em moeda estrangeira						
Offshore Loan	36.934	746.796	934.405	-	971.339	746.796
Bridge Loan	-	943.992	-	-	-	943.992
Term Loan	18.995	-	203.678	-	222.673	-
Resolução 4131	11.828	162.184	-	-	11.828	162.184
Tax Equity	-	-	1.169.342	-	1.169.342	-
	67.757	1.852.972	2.307.425	-	2.375.182	1.852.972
	1.922.593	3.223.575	9.890.937	6.577.414	11.813.530	9.800.989
Custo de transação	(16.181)	(19.533)	(61.200)	(28.911)	(77.381)	(48.444)
Total	1.906.412	3.204.042	9.829.737	6.548.503	11.736.149	9.752.545

Um resumo dos contratos vigentes, prazos, modalidades, custos e garantias por UGCs da Companhia está apresentado a seguir:

									Consolidado	
Instrumento	Ticker	Vencimento final	Forma de pagamento juros/principal	Custo da dívida (a.a.)	Covenant financeiro (vencimento antecipado)	Garantias	2024	2023		
Moeda nacional									9.438.348	7.948.017
UGC Indaiás	CCB	-	Jul/2025	mensal/mensal	CDI + 2,90%	Dívida Líquida/EBITDA < 3,0	Aval corporativo, cessão de direitos	-	31.990	
								-	31.990	
UGC Delta 2	Debêntures	PTM11	Dez/2026	semestral/semestral customizada	IPCA + 7,38%	ICSD ≥ 1,1	Conta reserva, compartilhamento garantias BNDES	16.865	24.416	
UGC Delta 3	Debêntures	OMNG12	Dez/2029	semestral/semestral customizada	IPCA + 7,11%	ICSD ≥ 1,1	Fiança bancária, conta reserva, compartilhamento garantias BNDES	185.508	201.165	
Serena Geração	Debêntures	OMGE11	Mai/2024	semestral/anual customizada	CDI + 1,20%	Dívida Líquida/EBITDA (SG) ≤ 4,5	-	-	172.277	
Serena Geração	Debêntures	OMGE21	Mai/2026	semestral/anual customizada	CDI + 1,30%	Dívida Líquida/EBITDA (SG) ≤ 4,5	-	170.382	170.541	
Serena Geração	Debêntures	OMGE31	Mai/2026	anual/anual customizada	IPCA + 5,60%	Dívida Líquida/EBITDA (SG) ≤ 4,5	-	258.147	245.962	
Serena Geração	Debêntures	OMGE41	Mai/2027	semestral/bullet (i)	IPCA + 5,00%	Dívida Líquida/EBITDA (SG) ≤ 4,5	-	205.106	195.544	
Serena Geração	Debêntures	OMGE12	Set/2028	semestral/bullet (i)	IPCA + 4,37%	Dívida Líquida/EBITDA (SG) ≤ 4,5	-	147.237	140.297	
Serena Geração	Debêntures	OMGE22	Set/2028	anual/bullet (i)	IPCA + 4,37%	Dívida Líquida/EBITDA (SG) ≤ 4,5	-	66.926	63.769	
Serena Geração	Debêntures	OMGE13	Mar/2029	semestral/anual customizada	CDI + 1,99%	Dívida Líquida/EBITDA (SG) ≤ 4,5	-	919.819	965.563	
Serena Geração	Debêntures	SVIT11	Jun/2028	semestral/semestral customizada	IPCA + 8,50%	-	Fiança bancária	59.652	71.478	
Serena Geração	Debêntures	OMGE15	Jun/2029	semestral/bullet (i)	CDI + 1,65%	Dívida Líquida/EBITDA (SG) ≤ 4,5	-	402.085	-	
Assuruá 1	Debêntures	SSRU11	Nov/2030	semestral/semestral customizada	IPCA + 7,81%	ICSD ≥ 1,2	Fiança bancária, conta reserva, compartilhamento de garantias BNDES/CEF	38.636	39.295	
Assuruá 2	Debêntures	CEAD11	Jun/2030	semestral/semestral customizada	IPCA + 6,66%	ICSD ≥ 1,2	Conta reserva, compartilhamento garantias BNDES	145.818	155.819	
Assuruá 4 Holding (Bridge Loan Assuruá 4 & 5)	Debêntures	CEIV11	Abr/2024	bullet/bullet (i)	CDI + 2,80%	-	Cessão de direitos, alienação do ativo e ações	-	777.615	
Serena Desenvolvimento	Debêntures	OGDS11	Jun/2025	semestral/bullet (i)	CDI + 2,70%	Dívida Líquida/EBITDA (SG) ≤ 4,5	Aval corporativo e alienação fiduciária de ações da Serena Geração	653.655	653.186	
Arco 2	Debêntures	-	Dez/2025	bullet/bullet (i)	CDI + 2,60%	-	Alienação de ações e aval corporativo	395.442	218.299	
Assuruá 5 (projeto AS4&5)	Debêntures	ASSR11	Jun/2035	semestral/semestral customizada	IPCA + 6,50%	ICSD Controladora ≥ 1,0 ICSD Consolidado ≥ 1,1	Alienação de ações, aval corporativo e compartilhamento da cessão de direitos	211.731	-	

Demonstrações financeiras de 2024

								creditórios, alienação do ativo e ações do projeto Assuruá 4		
Assuruá 5 (projeto AS4&5)	Debêntures	ASSR21	Jun/2041	semestral/semestral customizada	IPCA + 7,11%	ICSD Controladora ≥ 1,0 ICSD Consolidado ≥ 1,1		Alienação de ações, aval corporativo e compartilhamento da cessão de direitos creditórios, alienação do ativo e ações do projeto Assuruá 4	547.861	-
Ventos da Bahia 2	Debêntures	VDBF12	Abr/2033	semestral/semestral customizada	IPCA + 3,87%		ICSD ≥ 1,3	Conta reserva, compartilhamento garantias BNDES	130.153	-
									4.555.023	4.095.226
UGC Delta 1	FINEM BNDES	-	Out/2030	mensal/mensal	TJLP + 2,18%		ICSD ≥ 1,3	Conta reserva, cessão de direitos, alienação do ativo e ações	90.607	105.268
UGC Serra das Agulhas	FINEM BNDES	-	Jul/2037	mensal/mensal	TJLP + 2,02%		ICSD ≥ 1,2 e ICP ≥ 25%	Conta reserva, cessão de direitos, alienação do ativo e ações	78.903	84.475
UGC Delta 2	FINEM BNDES	-	Jan/2033	mensal/mensal	TJLP + 2,27%		ICSD ≥ 1,25	Conta reserva, cessão de direitos, alienação do ativo e ações, aval corporativo	200.069	215.214
UGC Delta 3	FINEM BNDES	-	Mar/2034	mensal/mensal	TJLP + 2,32%		ICSD ≥ 1,3	Fiança bancária, conta reserva, cessão de direitos, alienação do ativo e ações	755.679	801.937
Assuruá 2	FINEM BNDES	-	Jun/2034	mensal/mensal	TJLP + 2,75%		ICSD ≥ 1,2	Conta reserva, cessão de direitos, alienação do ativo e ações	586.943	620.457
Assuruá 1	FINEM BNDES	-	Nov/2032	mensal/mensal	TJLP + 2,92%		ICSD ≥ 1,2	Fiança bancária, conta reserva, cessão de direitos, alienação do ativo e ações	106.821	114.741
Ventos da Bahia 1	FINEM BNDES	-	Jun/2034	mensal/mensal	TJLP + 2,50%		ICSD ≥ 1,2	Conta reserva, cessão de direitos, alienação do ativo e ações, aval corporativo	162.620	-
Ventos da Bahia 2	FINEM BNDES	-	Abr/2035	mensal/mensal	TJLP + 2,47%		ICSD ≥ 1,3	Conta reserva, cessão de direitos, alienação do ativo e ações	397.435	-
									2.379.077	1.942.092
UGC Delta 5 e 6	FNE BNB	-	Mai/2038	mensal/mensal customizada	IPCA + 1,75% (ii)		-	Fiança bancária (ii), conta reserva	268.825	282.256
UGC Delta 7 e 8	FNE BNB	-	Jan/2039	mensal/mensal customizada	IPCA + 2,19% (ii)		-	Fiança bancária (ii), conta reserva	248.591	264.138
Assuruá 3	FNE BNB	-	Nov/2038	mensal/mensal customizada	IPCA + 2,33% (ii)		-	Fiança bancária (ii), conta reserva	175.947	183.126
Assuruá 4	FNE BNB	-	Jul/2043	mensal/mensal customizada	IPCA + 2,04% (ii)		-	Fiança bancária (ii), conta reserva	562.196	591.225
Ventos da Bahia 3	FNE BNB	-	Mai/2044	mensal/mensal customizada	IPCA + 1,36% (ii)		-	Fiança bancária (ii), conta reserva	445.331	-
									1.700.890	1.320.745
Assuruá 5I, 5II e 5III	FDNE BB	-	Jul/2041	semestral/semestral	IPCA + 2,30%		ICSD Consolidado ≥ 1,2	Conta reserva, cessão de direitos, alienação do ativo e ações	400.118	342.816
Assuruá 5IV, 5V e 5VI	FDNE BB	-	Jun/2043	semestral/semestral	IPCA + 2,84%		ICSD Consolidado ≥ 1,2	Conta reserva, cessão de direitos, alienação do ativo e ações	403.240	215.148

							803.358	557.964	
Moeda estrangeira							2.375.182	1.852.972	
Serena Power	<i>Offshore Loan</i>	-	Ago/2026 (iv)	semestral/bullet (i)	SOFR + 2,60%	-	Aval corporativo	679.973	485.741
Serena Power	<i>Offshore Loan</i>	-	Ago/2026 (iv)	semestral/bullet (i)	SOFR + 2,60%	-	Aval corporativo	291.366	261.055
Goodnight 1	<i>Bridge Loan (v)</i>	-	Fev/2024	mensal/bullet	SOFR + 1,25%	-	-	-	943.992
Goodnight 1	<i>Term Loan (v)</i>	-	Jan/2029	trimestral/trimestral	SOFR + 1,75%	-	Aval corporativo (vi)	222.673	-
Serena Resolução 4131 Desenvolvimento	(vii)	-	Fev/2024	bullet (i)	EUR + 6,0824% (vii)	-	Aval corporativo	-	162.184
Arco Energia S.A. Resolução 4131		-	Dez/2025	bullet (i)	EUR + 3,8335%	-	Aval corporativo	11.828	-
Goodnight 1	<i>Tax Equity</i>	-	variável (viii)	variável (ix)	USD + 7,90%	-	(vi)	1.169.342	-
							2.375.182	1.852.972	
							11.813.530	9.800.989	

- (i) *Bullet* significa que o pagamento do principal (acrescido ou não de juros, conforme aplicável) deve ser realizado apenas no final do termo do empréstimo.
- (ii) Considera bônus de adimplência de 15% conforme contrato de financiamento do BNB.
- (iii) Cessão de direitos creditórios, alienação do ativo e ações são concedidos como garantias aos fiadores.
- (iv) Em agosto de 2024, o vencimento foi postergado para agosto de 2026, conforme descrito na Nota 4.6.
- (v) Foi contratado instrumento derivativo (*swap*) com intuito de proteger a exposição à SOFR (3,828% a.a.), conforme descrito na Nota 28.1.1.
- (vi) A Companhia e sua subsidiária Serena Power, LLC, garantem obrigações de indenização assumidas por Goodnight I Class B Member, LLC (Investidor Classe B) no âmbito do *Tax Equity* de Goodnight I, bem como obrigações de recompor contas de reserva operacional, reserva de *trading* e reserva de capital (*Deficit Restoration Obligations*).
- (vii) Foi contratado instrumento derivativo (*swap*) com intuito de proteger a exposição ao EUR (CDI + 1,80% a.a.), conforme descrito na Nota 28.1.1.
- (viii) *Flip date* estimada para ocorrer até dezembro de 2033.
- (ix) Pagamento ocorre em função da geração efetiva de energia do projeto (e conseqüentemente do *Production Tax Credit*) dos rendimentos tributáveis auferidos pela *partnership company*.

14.2 Movimentação do saldo

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures do exercício findo em 31 de dezembro é demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2024	2023
Saldos em 31 de dezembro de 2023 e 2022	9.752.545	8.376.004
Captações, líquidas de custos de captação	2.535.122	2.100.649
Aquisição de empresas (i)	1.163.269	-
Pagamento de principal	(2.271.352)	(808.172)
Amortização <i>Tax Equity</i> – crédito PTC (ii)	(57.599)	-
Encargos financeiros pagos	(969.701)	(733.021)
Encargos financeiros provisionados	1.068.849	908.106
Variação cambial	716	-
Efeito de conversão de moeda estrangeira	514.300	(91.021)
Saldos em 31 de dezembro de 2024 e 2023	11.736.149	9.752.545

(i) Aquisição de mais 50% de VDB 1, 2 e 3 conforme Nota 5.1.1.

(ii) *Production tax credit* – PTC: créditos fiscais de produção com base na quantidade de energia elétrica (kWh) gerada e vendida, conforme requisitos estabelecidos pelo *Internal Revenue Service* (IRS).

14.2.1 Captações no exercício

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as controladas obtiveram os seguintes recursos:

Empresa	Data da contratação	Dívida	Consolidado Montante contratado
Goodnight 1 Class B Member, LLC	jan/24	<i>Construction Loan</i>	85.027
Assuruá 5 VI	fev/24	FDNE BB	83.825
TE Partners	fev/24	<i>Tax Equity</i>	913.854
Assuruá 5 Energia S.A. (i)	mar/24	Debêntures (Série 1 e 2)	825.000
Arco Energia 2 S.A.	mar/24	Debêntures	82.941
Arco Energia 2 S.A.	abr/24	Debêntures	20.735
Arco Energia 2 S.A.	mai/24	Debêntures	18.662
Arco Energia 2 S.A.	jun/24	Debêntures	9.946
Serena Geração S.A. (i)	jun/24	Debêntures (5ª Emissão)	400.000
Assuruá 5 I Energia S.A.	jul/24	FNE BB	13.231
Assuruá 5 II Energia S.A.	jul/24	FNE BB	12.917
Assuruá 5 III Energia S.A.	jul/24	FNE BB	685
Assuruá 5 IV Energia S.A.	jul/24	FNE BB	28.691
Assuruá 5 V Energia S.A.	jul/24	FNE BB	25.054
Assuruá 5 VI Energia S.A.	jul/24	FNE BB	21.962
Arco Energia S.A.	out/24	Resolução 4131	11.000
Assuruá 5 III Energia S.A.	dez/24	FDNE BB	4.804
Assuruá 5 IV Energia S.A.	dez/24	FDNE BB	1.762
Assuruá 5 V Energia S.A.	dez/24	FDNE BB	2.094
			2.562.190

(i) O saldo de captação de debêntures não está líquido do custo de captação no montante de R\$27.068.

Em dezembro de 2023, foram emitidos R\$ 350.000 em debêntures privadas pela Arco 2 Energia S.A., em 2 séries, com a liberação final do valor em 2024 no montante de R\$ 132.284. Sobre a 1ª série incorre juros de 1,02% a.a. Sobre a 2ª série incorre juros de CDI +

4,50% a.a. O pagamento dos juros remuneratórios e a amortização ocorrerão em uma única parcela, em dezembro de 2025, no vencimento da operação.

Em janeiro de 2024, a Companhia teve a liberação de recursos oriundos do sindicato composto por Mufg Bank LTD., Sumitomo Mitsui Banking Corporation e Cooperative Rabobank U.A., New York Branch relacionados aos contratos de financiamento do projeto Goodnight 1 no valor total de R\$ 85.027, equivalentes a US\$ 17.183. As amortizações dos recursos captados ocorreram em fevereiro de 2024 (conforme entrada em operação comercial do parque eólico e cumprimento de demais condições precedente previstas contratualmente), em um único vencimento (*bullet*) e sobre eles incidiram juros de SOFR + 1,25% a.a., os quais foram pagos mensalmente. Em fevereiro de 2024 com os recursos oriundos da captação do *Tax Equity*, a dívida foi parcialmente amortizada em R\$862.594 (US\$ 174.364) e o saldo remanescente de R\$ 187.000 (US\$ 37.806) teve seu vencimento postergado para janeiro de 2029, incidindo juros de SOFR + 1,75% a.a.

Em fevereiro de 2024, a Companhia obteve a liberação de recursos do Goldman Sachs referente ao *Tax Equity* de Goodnight I, no valor total de R\$ 913.854, equivalentes a US\$ 184.725. As amortizações do investimento realizado estão sujeitas a uma taxa de retorno preferencial de 7,90% a.a. As amortizações ocorrerão de acordo com a geração de energia efetiva (e, conseqüentemente, a geração de *Production Tax Credits*) e com o resultado tributável do projeto, com *Flip Date* projetado para ocorrer até janeiro de 2033. Vale ressaltar que o valor desembolsado pelo Goldman Sachs será amortizado em sua maior parte através de créditos fiscais (*Production Tax Credits* e prejuízo fiscal do projeto) gerados pela operação do parque Goodnight I. Não obstante, a Companhia identificou que sua categorização nos termos do CPC 39/48 (instrumentos financeiros) seria como um instrumento de dívida e não de capital.

Em fevereiro de 2024, a Companhia obteve a liberação de recursos do Banco do Brasil relacionado ao contrato de financiamento do projeto Assuruá 5 VI no valor de R\$ 83.825. Os recursos captados começarão a serem amortizados em outubro de 2025, semestralmente. Há incidência de juros de IPCA + 2,8435% a.a. Os juros passarão a ser pagos semestralmente junto com as parcelas de amortização, com vencimento final em junho de 2043.

Em março de 2024, foram emitidas debêntures no valor de R\$ 825.000 pela Assuruá 5 Energia S.A., em 2 séries. A 1ª série será atualizada pelo IPCA + 6,5004% a.a. A 1ª série tem vencimento em junho de 2035. A 2ª série será atualizada pelo IPCA + 7,1071% a.a. e tem vencimento em junho de 2041. Os juros de ambas as séries serão pagos semestralmente a partir de junho de 2024 e a amortização do principal terá início em dezembro de 2024 em curvas customizadas.

Em junho de 2024, foram emitidas debêntures no valor de R\$ 400.000 pela Serena Geração S.A., em única série, com incidência de juros de CDI + 1,65% a.a. Os juros serão pagos semestralmente a partir de dezembro de 2024 e o principal em uma única parcela, no vencimento, em junho de 2029.

Em julho de 2024, a Companhia teve a liberação de recursos do Banco do Brasil relacionados ao contrato de financiamento do projeto Assuruá 5 III e 5 V no valor de R\$ 25.738 e recursos liberados para o projeto de Assuruá 5 I, 5 II, 5 IV e 5 VI no valor de R\$ 76.798. Os recursos captados começarão a ser amortizados semestralmente a partir de janeiro e abril de 2025 respectivamente. Há incidência de juros de IPCA + 2,30% a.a. na Assuruá 5 I, 5 II e 5 III e de IPCA + 2,8435% a.a. na Assuruá 5 IV, 5 V e 5 VI. Os juros serão pagos semestralmente junto com as parcelas de amortização, com vencimento final em julho de 2041 na Assuruá 5 I, 5 II e 5 III e em junho de 2043 na Assuruá 5 IV, 5 V e 5 VI.

Em outubro de 2024, a Companhia teve a liberação pela Arco Energia S.A. de recursos oriundos do *Loan* 4131 no valor total de R\$ 11.000, equivalentes a EUR 1.820. As amortizações dos recursos liberados e os juros ocorrerão no final da operação, que acontecerá em dezembro de 2025.

Em dezembro de 2024, a Companhia teve a liberação de recursos do Banco do Brasil de recursos oriundos ao contrato de financiamento do projeto Assuruá 5 III e 5 V no valor de R\$ 6.889 e de Assuruá 5 IV no valor de R\$ 1.763. Os recursos liberados começarão a ser amortizados semestralmente em janeiro de 2025 e abril de 2025 respectivamente. Há incidência de juros de TLP-IPCA + 2,30% a.a. na Assuruá 5 III e TLP-IPCA + 2,8435% na Assuruá 5 IV e na Assuruá 5 V. Os juros serão pagos semestralmente junto com as parcelas de amortização, com vencimento final em julho de 2041 na Assuruá 5 III e de junho de 2043 na Assuruá 5 IV e na Assuruá 5 V.

14.2.2 Liquidações do exercício

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as controladas efetuaram as seguintes liquidações de principal:

UGCs	Dívida	Consolidado Montante
Assuruá 1 & 2	FINEM BNDES	(47.419)
Assuruá 1 & 2	Debêntures	(14.447)
Assuruá 3	FNE BNB	(6.893)
Assuruá 4	FNE BNB	(29.222)
Assuruá 4 & 5	Debêntures	(694.439)
Delta 1	FINEM BNDES	(15.404)
Delta 2	FINEM BNDES	(16.833)
Delta 2	Debêntures	(5.941)
Delta 3	FINEM BNDES	(52.629)
Delta 3	Debêntures	(17.601)
Delta 5	FNE BNB	(6.590)
Delta 6	FNE BNB	(6.549)

Delta 7 & 8	FNE BNB	(15.123)
Goodnight I Class B Member LLC	Bridge Loan	(872.622)
Indaiás	CCB	(31.667)
Serena Desenvolvimento	Resolução 4131	(159.853)
Serena Geração	Debêntures	(222.185)
Serra das Agulhas	FINEM BNDES	(6.219)
Ventos da Bahia 1 & 2	FINEM BNDES	(30.469)
Ventos da Bahia 2	Debêntures	(4.235)
Ventos da Bahia 3	FNE BNB	(15.012)
		(2.271.352)

14.3 Cronograma de pagamento

Em 31 de dezembro de 2024, as parcelas vencíveis, deduzidas dos gastos com captação de recursos, apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	Principal	Juros	Consolidado
2025	1.684.968	237.625	1.922.593
Circulante	1.684.968	237.625	1.922.593
2026	1.688.132	73.430	1.761.562
2027	819.658	88.331	907.989
2028	834.756	84.526	919.282
2029	1.381.682	30.254	1.411.936
2030 a 2032	1.383.493	39.581	1.423.074
2033 a 2035	2.112.458	105.167	2.217.625
2036 a 2038	661.915	21.305	683.220
2039 a 2041	412.032	12.825	424.857
2042 a 2044	134.479	6.913	141.392
Não circulante	9.428.605	462.332	9.890.937
Total	11.113.573	699.957	11.813.530

14.4 Garantias

As garantias dos financiamentos e debêntures dos projetos são as usuais a um *Project Finance*, incluindo: contas reservas, cessão fiduciária dos direitos creditórios e emergentes da autorização, alienação fiduciária das máquinas e equipamentos, alienação fiduciária das ações das SPES dos projetos e quando aplicável, cartas de fiança bancária. A 1ª, 2ª, 3ª e 5ª emissões de debêntures da Serena Geração não possuem garantias. A 4ª emissão de debêntures da Serena Geração é garantida por fiança bancária. As debêntures da Arco 2 e da Assuruá 5, bem como a 4131 da Arco, contam com aval corporativo, assim como a 1ª emissão de debêntures da Serena Desenvolvimento, que além do aval, é garantida por alienação fiduciária de ações da Serena Geração. Os financiamentos contratados pela Serena Power são garantidos por aval corporativo.

14.5 Covenants financeiros

A Companhia, suas controladas e *joint ventures* estão sujeitas a índices de restrição de endividamento (*covenants*), notadamente o Índice de Capital Próprio (ICP), Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) e o Índice Financeiro (Dívida Líquida/EBITDA), o cálculo depende do formato de financiamento adquirido por cada entidade do Grupo. O não cumprimento desses *covenants* limita a distribuição de dividendos

acima do mínimo obrigatório e, em alguns casos, pode resultar em aceleração do vencimento das dívidas.

O cumprimento dos *covenants* financeiros é verificado pelos respectivos agentes credores, com base nas demonstrações financeiras auditadas das sociedades de propósito específico detentoras dos projetos, sendo a apuração trimestral no caso da Serena Geração e da Serena Desenvolvimento e anual em todos os demais casos. A administração acompanha os cálculos destes índices periodicamente a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Em 31 de dezembro de 2024, todas as empresas do Grupo estão em cumprimento com relação aos *covenants* financeiros relacionados a eventos de vencimento antecipado.

15. FORNECEDORES

	Consolidado	
	2024	2023
Fornecedores O&M, equipamentos e serviços	74.111	248.071
Compra de energia ACL	208.221	138.253
MCP-CCEE	10.192	971
	292.524	387.295
Apresentados no passivo:		
Circulante	292.524	387.295

Fornecedores O&M, equipamentos e serviços: representados substancialmente por: (i) fornecedores de O&M, (ii) compra de equipamentos nas empresas de Arco Energia, e respectiva capitalização dos custos financeiros envolvidos para a aquisição destes equipamentos, e (iii) prestadores de serviços terceirizados, as atividades de operação e manutenção de suas centrais geradoras de energia elétrica, comumente com o próprio fornecedor dos equipamentos de cada parque.

Compra de energia ACL: as compras de energia são realizadas substancialmente para a cobertura das garantias físicas das UGCs, de acordo com a estratégia de sazonalização de cada unidade.

MCP -CCEE: o saldo a pagar decorre do mecanismo de ajuste da contabilização CCEE, conforme descrito na Nota 8.

O prazo médio de pagamento da Companhia é de, aproximadamente, 30 dias e sobre os saldos não há incidência de juros.

16. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS

Política contábil

Os pagamentos de benefícios tais como salário ou férias, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios são reconhecidos mensalmente no resultado, respeitando o regime de competência.

As subsidiárias da Companhia adotam o programa de participação nos resultados (“PPR”) tendo como base contribuições das equipes e das UGCs e o desempenho global das empresas através do atingimento de indicadores de performance. A Companhia efetua a provisão baseada na medição periódica do cumprimento de metas e resultado, respeitando o regime de competência e o reconhecimento da obrigação presente resultante de evento passado no montante estimado da saída de recursos no futuro. A provisão é registrada como custo ou despesas operacionais de acordo com a atividade do empregado.

Os impostos a pagar decorrem das obrigações fiscais correntes, apuradas mensalmente com base nas legislações fiscais e jurisdições nas quais a Companhia opera. Estão incluídos impostos apurados nas esferas municipais, estaduais e federais. Quando a Companhia é responsável tributária pelo recolhimento dos tributos de seus fornecedores, é efetuada a retenção desses tributos e recolhimento perante os órgãos competentes.

	2024	Consolidado 2023
Obrigações trabalhistas		
Salários e encargos	6.264	3.438
PPR, 13 salário e férias	56.342	63.653
Obrigações tributárias		
IRPJ e CSLL a recolher	24.770	11.517
Impostos a pagar	119.248	59.927
Tributos retidos sobre terceiros	7.479	7.892
	214.103	146.427

PPR, 13º salário e férias: Referem-se a contas a pagar de PPR (Programa de Participação nos Resultados), 13º salário e férias.

Impostos a pagar: Referem-se substancialmente a PIS e Cofins diferido e ICMS.

Tributos retidos sobre terceiros: Referem-se substancialmente aos impostos de contribuições sociais retidas na fonte, ISS e INSS sobre serviços tomados de terceiros.

Apresentamos a seguir a movimentação do IR/CS a recolher:

Consolidado	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	11.517
Pagamentos	(77.507)
Imposto apurado no exercício	95.805
Antecipação de IR/CS (ativo)	6.046
Compensações	(14.560)
Aquisição de empresa (i)	3.516
Reclassificação e ajustes	(47)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	24.770

(i) Aquisição de mais 50% de VDB 1, 2 e 3 conforme Nota 5.1.1.

17. CONTAS A PAGAR AQUISIÇÃO DE EMPRESAS

	Consolidado	
	2024	2023
Contas a pagar aquisição Goodnight (i)	98.644	77.122
Contas a pagar Assuruá 6 (ii)	67.067	115.676
Contas a pagar Energizou Comercializadora (iii)	12.059	-
Nota promissória (iv)	5.657	8.822
	183.427	201.620
Apresentados no passivo:		
Circulante	78.396	73.248
Não Circulante	105.031	128.372

- (i) Em junho de 2022, a Companhia adquiriu projetos para implantação de um complexo eólico (Goodnight) localizado no estado do Texas, EUA. Os valores não sofrem correção monetária até a data de liquidação.
- (ii) Em março de 2022, a Companhia adquiriu os projetos de expansão do complexo Assuruá 6. Os valores são atualizados pelo CDI+3% a.a. até a data do pagamento.
- (iii) Em novembro de 2024, a Companhia adquiriu a companhia Energizou Comercializadora, conforme nota 5.2. Os valores são atualizados pelo IPCA até a data do pagamento.
- (iv) Refere-se ao saldo da aquisição das debêntures de Assuruá 4 e Assuruá 5 e pagamento do prêmio do desenvolvedor. Os valores são atualizados pelo CDI+3% a.a. até a data do pagamento.

17.1 Cronograma de pagamento

Em 31 de dezembro de 2024, as parcelas a vencer, apresentam cronograma de vencimento:

Consolidado	
2025	80.962
2026 a 2028	102.465
	183.427

18. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Política contábil

As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

	Consolidado	
	2024	2023
Adiantamento de clientes	446.958	216.479
Déficit mercado regulado	76.628	106.702
Serviços	33.266	23.974
Passivos contingentes na combinação de negócios	8.164	8.164
Provisões diversas	61.126	53.073
Outras obrigações	67.459	42.174
	693.601	450.566
Apresentados no passivo:		
Circulante	67.601	45.821
Não circulante	626.000	404.745

Adiantamento de clientes: oriundo de recebimentos antecipados de clientes.

Serviços: referem-se substancialmente a serviços com O&M.

Passivos contingentes na combinação de negócios: oriundos da aquisição de Assuruá I e II relacionados a passivos fiscais contingentes.

Provisões diversas: referem-se substancialmente a provisão com auditoria, descomissionamento e O&M.

Déficit mercado regulado: o saldo a pagar representa a diferença da geração realizada (negativa ou positiva) em relação a obrigação mensal dos contratos, conforme descrito na Nota 8.

19. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

Política contábil

A Companhia possui empresas tributadas pelo regime do lucro real e presumido. A Companhia revisa anualmente a opção sobre o regime de tributação com base nas suas projeções de resultado, buscando sempre a opção que for economicamente mais favorável para a operação.

As empresas tributadas pelo lucro presumido auferem seu lucro tributável com base na alíquota de presunção de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre as receitas. As empresas tributadas pelo lucro real, auferem seu lucro com base no resultado contábil, ajustado

por despesas ou receitas cuja tributação não é permitida ou exigida, temporária ou permanentemente. Os tributos são calculados à alíquota de 34% sobre o resultado tributável. Prejuízos fiscais podem ser compensados nas operações tributadas pelo lucro real, limitados a 30% do lucro tributável auferido no exercício.

O reconhecimento dos tributos sobre o lucro como diferidos é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, bem como dos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro são compensados quando existir um direito legalmente exequível sobre a mesma entidade tributável. Os impostos diferidos ativos não são reconhecidos quando a recuperabilidade destes ativos não for provável.

O total demonstrado como resultado de tributos sobre o lucro no resultado está reconciliado com as alíquotas estabelecidas pela legislação, como segue:

	Consolidado	
	2024	2023
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	538.576	151.511
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição apurados pela alíquota corrente	(183.116)	(51.514)
Adições (exclusões) de natureza permanente	618	2.177
Equivalência patrimonial	4.816	28.199
IRPJ e CSLL diferidos não constituídos sobre prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias	(120.580)	(127.198)
Diferença de apuração pelo regime de lucro presumido das subsidiárias	55.805	58.236
Outros	1.304	767
Despesa de IRPJ e CSLL no resultado	(241.153)	(89.333)
Corrente	(95.805)	(71.968)
Diferido	(145.348)	(17.365)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social - %	44,50%	58,96%

19.1 Saldo do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Consolidado	
	2024	2023
Entidades legais com ativos fiscais diferidos		
Diferença na tributação pelo regime de caixa e competência das subsidiárias	2.237	1.788
Ativo fiscal diferido	2.237	1.788
Entidades legais com passivos fiscais diferidos		
Diferença na tributação pelo regime de caixa e competência das subsidiárias	(12.643)	(5.586)
IR/CS diferidos na aquisição de Chuí na Serena Geração	(7.958)	(12.300)
IR/CS diferidos na aquisição de VDB's na Serena Geração	(439.815)	(11.011)
IR/CS diferidos na aquisição de Energizou na Serena Geração	(329)	-
IR/CS diferidos sobre ganho com MTM em operações de trading na Serena Geração	(78.813)	(44.869)
Passivo fiscal diferido	(539.558)	(73.766)
Total imposto de renda e contribuição social diferidos	(537.321)	(71.978)

Em dezembro de 2024, a Serena Energia e suas controladas optantes pelo Lucro Real apresentavam saldo acumulado de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social no valor de R\$ 1.860.055, para o qual não houve constituição de tributos diferidos ativos em face de não haver expectativa de lucros futuros tributáveis para a sua compensação. Esses prejuízos não estão sujeitos ao prazo decadencial,

permanecendo o crédito fiscal disponível para a Serena por tempo indeterminado. Na medida em que se tornar provável a geração de lucro tributável, a Serena poderá registrar parte desse ativo.

20. PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS

Política contábil

As subsidiárias da Companhia arrendam terras nos parques eólicos e vinculam o arrendamento a um percentual sobre as receitas decorrentes da geração de energia dos empreendimentos. Esses contratos possuem vigência semelhante aos prazos de autorização governamental para operação dos parques, geralmente 35 anos. Além destes arrendamentos a subsidiária Serena Geração possui contrato de locação de andar comercial iniciado em 28 de agosto de 2020 pelo prazo de 5 anos.

Adicionalmente, a Companhia passou a registrar em suas demonstrações financeiras a locação de frota de veículos. O prazo final do contrato de locação de frota é em 2025.

Todos os arrendamentos com prazo superior a 12 meses, com limitadas exceções, são reconhecidos como um passivo de arrendamento no balanço patrimonial no valor presente dos pagamentos mais custos diretamente alocáveis e ao mesmo tempo que reconhece um ativo representando o direito de uso correspondente ao ativo subjacente no prazo do arrendamento. Durante o prazo do arrendamento mercantil, o passivo é ajustado para refletir os custos financeiros e pagamentos feitos e o direito de uso é amortizado.

Os saldos dos passivos de arrendamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, mensurados a valor presente e descontados pela taxa de desconto, são apresentados a seguir:

Natureza dos contratos	% Arrendamento sobre geração	Vencimento final	Consolidado	
			2024	2023
Terras	Entre 0,60 e 1,80	2053	363.174	175.230
Veículos	-	2025	1.117	1.496
Imóveis	-	2025	3.308	9.192
			367.599	185.918
Apresentados no passivo:				
Circulante			15.887	12.289
Não circulante			351.712	173.629

O ativo imobilizado decorrente do direito de uso está demonstrado na Nota 12.

A Companhia determinou as suas taxas de desconto com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia ("spread" de crédito). Os "spreads" foram obtidos conforme os contratos de financiamento em cada UGC. As taxas de desconto

médias utilizadas para cálculo do valor presente foram de 8,45% para o prédio da sede administrativa e para os terrenos, e representam a taxa incremental de financiamento.

A movimentação do passivo de arrendamento é apresentada a seguir:

	Veículos	Imóveis	Terras	Consolidado Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.496	7.413	177.009	185.918
Reclassificações	-	(328)	328	-
Remensuração (Nota 12.1) (ii)	2.022	-	42.010	44.032
Adições (Nota 12.1) (iii)	-	-	112.860	112.860
Baixas	(741)	-	-	(741)
Aquisição empresa (i)	-	-	34.789	34.789
Juros incorridos sobre o passivo	136	433	23.743	24.312
Pagamento de arrendamentos	(1.796)	(4.210)	(27.565)	(33.571)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.117	3.308	363.174	367.599

- (i) Aquisição de VDB 1, 2 e 3, conforme mencionado na Nota 5.1.1.
- (ii) Remensuração nos complexos de Ventos da Bahia.
- (iii) Adições nos complexos de Assuruá 5 e Goodnight.

	Veículos	Imóveis	Terras	Consolidado Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.332	9.835	106.978	119.145
Adição cessão de ativo (i)	-	-	87.765	87.765
Adição (ii)	988	-	27.027	28.015
Baixa (i)	(334)	-	(47.777)	(48.111)
Remensuração (iii)	-	1.182	5.537	6.719
Juros incorridos sobre o passivo	135	631	11.456	12.222
Pagamento de arrendamentos	(1.625)	(4.235)	(13.977)	(19.837)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.496	7.413	177.009	185.918

- (i) Conforme mencionado na Nota 12, no mês de junho de 2023, a Serena Geração cedeu os contratos de arrendamento de terras com terceiros para sua subsidiária OD15.
- (ii) Conforme mencionado na Nota 12, no mês de julho e novembro de 2023, as subsidiárias de Arco Energia S.A. registraram o montante de R\$ 27.027 referentes a arrendamentos de terras, tendo contrapartida a rubrica imobilizado.
- (iii) Conforme mencionado na Nota 12, no mês de dezembro de 2023, a Companhia remensurou o passivo de arrendamento de terras e imóveis.

Existem outros contratos de arrendamento, como por exemplo, pequenos imóveis, contudo não foram enquadrados dentro da política por possuírem baixo valor por conjunto de bens arrendados em um contrato de arrendamento. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o montante de despesas de arrendamento de baixo valor e de contratos de curto prazo foi de R\$3.411 (R\$2.093 em 2023).

Para os contratos pessoa jurídica a Companhia toma crédito de PIS/COFINS sobre as operações de arrendamento de terras.

A Companhia, na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso de arrendamentos, procedeu ao uso da técnica de fluxo descontado

sem considerar a inflação projetada nos fluxos a serem descontados, haja vista a vedação imposta pela norma contábil.

Desta maneira, para atender orientações das áreas técnicas da CVM são apresentados os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso de arrendamentos, da despesa financeira e da amortização do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Consolidado	
Passivos de arrendamentos	
Conforme apresentado IFRS 16	367.599
Com efeito da inflação	374.547
Direito de uso de arrendamentos	
Conforme apresentado IFRS 16	171.604
Com efeito da inflação	344.627

21. PARTES RELACIONADAS

A Serena Energia é controlada por um grupo de acionistas formado por (i) Lambda 3 Fundo de Investimento em Ações – Investimento no Exterior (“Lambda”) e (ii) determinados fundos de investimento sob gestão da Tarpon Gestora de Recursos S.A. (“Fundos Tarpon”).

As informações apresentadas a seguir estão resumidas por UGC contraparte, quando forem relacionadas aos saldos com empresas dentro da Serena Energia sob controle da Serena Geração e Serena Desenvolvimento.

21.1 Ativos e passivos da controladora e consolidado

O grupo de outros créditos e outras obrigações refere-se à alocação de custos de folha de pagamento, rateio de gastos administrativos (aluguéis, condomínio, serviços de terceiros, materiais de escritório e limpeza, entre outros) e mútuo com funcionários.

	Controladora			
	2024		2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
	Outros créditos	Outras obrigações	Outros créditos	Outras obrigações
Grupo Serena Energia				
Serena Desenvolvimento	1.554	(11.296)	1.306	-
Assuruá 5	-	-	104	-
Assuruá 6	-	-	125	-
Assuruá	-	-	3	-
Assuruá 1 e 2	293	-	137	-
Assuruá 3	110	-	22	-
Assuruá 4	103	-	-	-
Delta 1	138	-	42	-
Delta 2	119	-	28	-
Delta 3	488	-	92	-
Delta 5 e 6	161	-	48	-
Serena Chuí	96	-	-	-
Delta 7 e 8	256	-	34	-
Indaiás	70	-	17	-
Serena Geração	1.196	(21.525)	2.547	(13.696)
Serena Geração 1	-	-	4	-
Serra das Agulhas	-	-	8	-

Ventos da Bahia 1, 2 e 3 (i)	841	-	171	-
Outras partes relacionadas				
Mútuo a funcionários	6.665	-	7.806	-
Total	12.090	(32.821)	12.494	(13.696)

(i) A companhia figurou como *Joint venture* somente até março de 2024.

	2024				Consolidado 2023			
	Ativo		Passivo		Ativo		Passivo	
	Dividendos a receber	Outros créditos	Dividendos a pagar	Outras obrigações	Dividendos a receber	Outros créditos	Outras obrigações	
Grupo Serena Desenvolvimento de Energia								
Serena Desenvolvimento de Energia	-	-	-	-	-	-	-	(71)
Grupo Serena Energia								
Ventos da Bahia 1, 2 e 3 (ii)	-	-	-	-	-	22.592	-	-
Joint ventures								
Pipoca	-	3.727	484	-	-	3.948	177	-
Pirapora (ii)	-	-	-	-	-	11.124	-	-
Outras partes relacionadas								
Cemig (i)	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuo a funcionários	-	-	77.918	-	-	-	73.522	-
Consórcio Omega e Cargill	4.776	-	3.926	-	-	-	-	-
Consórcio Serena GD	3.835	-	-	-	817	-	-	-
Total	8.611	3.727	82.328	-	-	37.664	73.699	(71)

(i) Determinadas controladas da Serena Geração possuem transações de compra e venda de energia com a Cemig, considerada parte relacionada da Serena Energia em função de sua participação acionária na Joint Venture Pipoca.

(ii) As companhias figuraram como *Joint venture* somente até março de 2024.

21.1 Movimentação dos dividendos

Apresentamos a seguir a movimentação dos dividendos:

	Consolidado	
	A receber	A pagar
Saldos em 31 de dezembro de 2023	37.664	-
Dividendos declarados	7.704	-
Aquisição VDB (Nota 5.1.1)	(33.715)	-
(Recebidos) / pagos	(7.926)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	3.727	-

21.2 Demonstração de resultados consolidados

Eventualmente são realizadas operações de compra e venda de energia entre partes relacionadas.

	2024				2023			
	Receita operacional líquida	Custos da operação e compra de energia	Gerais e administrativas	Receitas financeiras	Receita operacional líquida	Custos da operação e compra de energia	Gerais e administrativas	
Grupo Serena Desenvolvimento de Energia								
Serena Desenvolvimento de Energia	-	-	-	-	-	-	-	(199)
Outras	-	-	-	-	-	-	-	(11)
Joint ventures								
Pipoca	-	-	(220)	-	-	(152)	-	(1.090)
Outras partes relacionadas								
Cemig (i)	39.829	(4.722)	-	-	30.796	(50.783)	-	-
Consórcio Serena GD	-	(2.195)	-	-	-	-	-	-
Mútuo a funcionários	-	-	-	8.016	-	-	-	-
Total	39.829	(6.917)	(220)	8.016	30.796	(50.935)	-	(1.300)

(i) Determinadas controladas da Serena Geração possuem transações de compra e venda de energia com a Cemig, considerada parte relacionada do grupo em função de sua participação acionária na *joint venture* Pipoca.

(ii) A companhia figurou como *joint venture* somente até março de 2024

21.3 Transações com partes relacionadas efetuadas pelas *joint ventures*

A *Joint Venture* Pipoca possui transações de compra e venda de energia com a Cemig, considerada parte relacionada em função de sua participação acionária na Pipoca. Os saldos registrados nas demonstrações financeiras da Joint Venture Pipoca são como segue:

21.3.1 Ativo

	2024	2023
	Cientes	
Pipoca	4.440	3.286
Total	4.440	3.286

21.3.2 Demonstração do resultado

	2024		2023	
	Receita operacional líquida	Custos da operação e compra de energia	Receita operacional líquida	Custos da operação e compra de energia
Pipoca	45.730	(1.713)	46.856	(2.917)
Total	45.730	(1.713)	46.856	(2.917)

21.4 Remuneração do pessoal chave da Administração para o exercício findo em 31 de dezembro

A tabela a seguir apresenta a remuneração total estabelecida para os membros da Diretoria Executiva, Conselhos de Administração e Fiscal e Comitê de auditoria da Companhia:

	2024	2023
Salário e encargos	11.935	10.864
Benefícios diretos e indiretos	240	210
Remuneração variável	16.217	17.454
	28.392	28.528

Há também o seguro de D&O que tem cobertura sobre custos de defesa, acordos judiciais e extrajudiciais, além de indenizações. Tais coberturas se estendem aos conselheiros, diretores e gerentes ou qualquer outra pessoa física com poder de gestão dentro da Companhia.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Política contábil

A remuneração dos acionistas se dá sob a forma de dividendos. Esta remuneração é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovada pelos acionistas.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos por intermédio da emissão de títulos patrimoniais são contabilizados, de forma destacada, em conta redutora do patrimônio líquido.

22.1 Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$ 4.439.360, representado por 622.730.556 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia está composta conforme a seguir:

	2024		2023	
	Ações	%	Ações	%
Tarpon Gestora de Recursos S.A. (i), (iii) e (Nota 4.4)	119.229.997	19,15	195.524.833	31,40
Lambda (ii) e (iii)	77.771.887	12,48	92.367.272	14,83
Alpha Brazil FIP	166.986.292	26,82	166.986.292	26,82
Sharp Capital Gestora de Recursos Ltda. (iv)	31.153.604	5,00	-	-
Demais acionistas	227.588.776	36,55	167.852.159	26,95
	622.730.556	100	622.730.556	100

- (i) A participação da Tarpon Gestora de Recursos S.A. é detida por fundos de investimentos que estão sob sua gestão discricionária.
- (ii) A participação da Lambda é composta pelas empresas: Lambda3 Fundo de Investimento em Ações; Lambda Energia S.A.; Lambda II Energia S.A. e Lambda III Energia S.A.
- (iii) Considera instrumentos financeiros conforme divulgado em Formulário Resolução CVM 44.
- (iv) Acionista com participação menor que 5% na Companhia em 31 de dezembro de 2023 e, portanto, conforme Instrução CVM 358/02 não havia necessidade de divulgar a participação do acionista.

22.2 Movimentação do capital social no exercício

Não houve movimentação no capital social da Companhia em 2024.

22.3 Distribuição dos lucros

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido apurado em cada exercício social será destinado:

- 5% para a reserva legal, até o limite máximo previsto em lei;
- 25% para o pagamento de dividendo mínimo obrigatório; após desconto das reservas específicas mencionadas no estatuto;
- Saldo remanescente poderá ser distribuído, destinado a reserva de investimento ou outras reservas sujeitas às leis e ao Estatuto, conforme proposta da Administração.

A proposta da Administração para a destinação do lucro líquido apurado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é a seguinte:

Proposta da Administração	2024	2023
Resultado do exercício	297.436	62.842
(-) Reserva legal 5%	(14.971)	(3.142)
(=) Lucro líquido ajustado	282.465	59.700
Destinação dos resultados		
Constituição de reserva de lucros a realizar (i)	71.111	14.925
Constituição de reserva estatutária para investimentos	211.354	44.775

(i) O montante de R\$ 71.111 correspondente ao dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 14.925 em 2023), foram destinados a reserva de lucros a realizar, nos termos da Lei das S.A. e do artigo 56, § 2.º, do Estatuto Social da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2024 a Serena Energia obteve lucro de R\$298.436. Em virtude do artigo 197 da Lei das SA's a Companhia constituiu reserva de lucros a realizar, visto que o lucro auferido no período foi decorrente de equivalência patrimonial no montante de R\$318.567, o qual não representa ingresso efetivo de caixa. Conforme §2º do artigo 197, a destinação dessa reserva somente ocorrerá quando os lucros que lhe deram origem forem efetivamente realizados, ou seja, quando as investidas do grupo distribuírem os respectivos dividendos do período para a controladora Serena Energia. Portanto, o objetivo de constituir reservas de lucros a realizar não realizada é evitar a distribuição de dividendos baseada em lucro contábil que não se converteu em recursos financeiros disponíveis no período. Quando da efetiva realização dessa reserva, a mesma poderá ser revertida em dividendos a pagar, sendo destinados conforme política de dividendos da Companhia.

22.4 Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado por meio da divisão do resultado líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de todas as classes de ações em circulação durante o exercício, excluindo ações em tesouraria.

O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste da média ponderada das ações em circulação, presumindo-se a conversão de todas as ações que causariam a diluição.

	Consolidado	
	2024	2023
Numerador		
Lucro do exercício	297.436	62.842
Denominador		
Média ponderada do número de ações – milhares	515.866	474.608
Lucro por ação básico (em Reais)	0,5766	0,1215
Numerador		
Lucro do exercício	297.436	62.842
Denominador		
Média ponderada do número de ações – milhares	511.966	470.856
Lucro por ação diluído (em Reais)	0,5810	0,1225

22.5 Participação de não controladores

O saldo em 31 de dezembro de 2024 refere-se à participação que a Apolo detém sobre a controlada Arco Energia S.A.

	Participação dos não controladores
Saldo em 31 de dezembro de 2023	34.957
Integralização de capital	30.241
Lucro do exercício	(13)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	65.185

23. RECEITA

Política contábil

Os contratos de venda de energia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o sistema integrado nacional (SIN).

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física (geração), ajustada ao rateio das perdas informadas pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida da Companhia (vendas, geração e compras), denominado balanço energético, que credita ou debita a diferença entre as vendas e efetiva geração para a Companhia, normalmente ao valor do PLD.

Os mecanismos explicados acima resultam no reconhecimento da receita bruta, ao seu valor justo, apresentada líquida de qualquer imposto sobre venda, na medida em que for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia.

As operações de trading de energia são transacionadas em mercado ativo e, para fins de mensuração contábil, atendem a definição de instrumentos financeiros ao valor justo. A Companhia reconhece a receita quando da entrega da energia ao cliente pelo valor justo da contraprestação. Adicionalmente, são reconhecidos como receita os ganhos líquidos não realizados decorrentes da marcação a mercado – diferença entre os preços contratados e os de mercado – das operações líquidas contratadas em aberto na data das demonstrações contábeis.

A companhia registra as receitas com venda de Crédito de Carbono e ou Certificados de Energia Renováveis (REC's) no momento do registro das receitas diretamente atribuídas a geração de energia (MWh) do contrato atribuído ao respectivo cliente. Os certificados são emitidos com lastreio ao MWh de energias renováveis, com devida certificação emitida pelo Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).

O quadro a seguir apresenta a receita operacional líquida para o exercício findo em 31 de dezembro:

	Consolidado	
	2024	2023
Mercado interno		
Vendas no mercado regulado	1.030.857	830.106
Excedente/(déficit) mercado regulado	17.407	98.273
Vendas no ACL	2.974.684	2.329.123
MCP – CCEE	59.926	28.403
MTM carteira de trading	120.898	99.338
Arrendamento e Geração Distribuída	146.856	818
Outras	5.132	1.064
Mercado externo		
Vendas no mercado externo	84.249	3.933
Vendas no mercado externo - PTC	138.171	-
MTM carteira de trading	(33.471)	(184)
Impostos e deduções de vendas		
PIS e COFINS	(337.035)	(272.866)
ICMS	(79.504)	(80.550)
Deduções de vendas	(3.190)	(139)
	4.124.980	3.037.319

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possuía clientes que participavam individualmente com percentual superior a 10% da receita operacional líquida consolidada.

24. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	2024				Consolidado 2023			
	Custos da operação e compra de energia	Gerais e administrativas	Outras receitas e despesas operacionais	Total	Custos da operação e compra de energia	Gerais e administrativas	Outras receitas e despesas operacionais	Total
Compra de energia								
Compra de energia – Mercado ACL	(1.489.190)	-	-	(1.489.190)	(1.179.379)	-	-	(1.179.379)
Compra de energia – MCP – CCEE	(42.847)	-	-	(42.847)	(31.076)	-	-	(31.076)
Compra de energia – Intercompany (Nota 21)	(2.195)	-	-	(2.195)	-	-	-	-
Depreciação e amortização	(723.970)	(30.079)	-	(754.049)	(455.561)	(16.549)	-	(472.110)
Serviços de manutenção e conservação	(270.199)	-	-	(270.199)	(196.124)	-	-	(196.124)
Encargos de uso da rede elétrica	(150.840)	-	-	(150.840)	(122.769)	-	-	(122.769)
Gastos com pessoal	(13.061)	(99.101)	-	(112.162)	(12.193)	(102.809)	-	(115.002)
Serviços de terceiros	(28.970)	(74.262)	-	(103.232)	(4.476)	(47.501)	-	(51.977)
Outros	(18.153)	(603)	(908)	(19.664)	(13.234)	(10.780)	24.278	264
Ganho na operação permuta Pirapora e VDB (i)	-	-	354.670	354.670	-	-	-	-
	(2.739.425)	(204.045)	353.762	(2.589.708)	(2.014.812)	(177.639)	24.278	(2.168.173)

- (i) Ganho oriundo da remensuração do valor justo de participação de VDB e permuta de Pirapora, conforme Nota 5.1.1.

Compra de energia: A energia é adquirida de terceiros e tem como finalidade tanto complementar a geração de energia, como para operações de trading e otimização de portfólio da Companhia em relação à posição vendida na CCEE. Essa informação está líquida dos créditos de PIS e COFINS.

25. RESULTADO FINANCEIRO

Política contábil

Compreendem principalmente os valores de juros sobre empréstimos e sobre aplicações financeiras, variações monetárias e ajuste a valor presente, reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

	2024	Consolidado 2023
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	139.588	121.469
Pis e Cofins sobre receitas financeiras	(5.885)	(3.859)
Outras receitas	15.489	2.277
	149.192	119.887
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e custo de transação	(1.010.844)	(803.011)
Comissão sobre fiança	(38.078)	(37.496)
Juros sobre arrendamentos operacionais	(24.312)	(12.222)
Atualização monetária contas a pagar aquisição de empresas	(12.463)	(15.757)
Outras despesas	(74.355)	(51.975)
	(1.160.052)	(920.461)
Resultado financeiro líquido	(1.010.860)	(800.574)

26. REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES

Política contábil

Opções outorgadas a empregados são contabilizadas ao valor justo a partir da data de outorga. A despesa é reconhecida mensalmente no resultado pelo período de aquisição do direito de exercício (*vesting period*) em contrapartida de um aumento no patrimônio líquido se a liquidação da operação for realizada em dinheiro.

O valor de mercado das opções é mensurado pelo valor justo com base no modelo de Black & Scholes considerando as informações observáveis no mercado.

Quando a Companhia cancela opções outorgadas há a contabilização de uma despesa imediata relativa ao montante que seria reconhecido como serviços ao longo do período remanescente da aquisição de direito. Se o direito ao exercício já estava totalmente adquirido, a Companhia não reconhece qualquer despesa.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Ao estimar o valor justo da remuneração baseada em ações é necessário atribuir valor para opções outorgadas pela Companhia aos colaboradores. A Companhia utiliza o modelo matemático de Black & Scholes para precificação de opções, que requer a utilização de premissas relacionadas ao preço das ações, volatilidade, taxa de juros livre de risco, entre outras. Variações nessas premissas podem distorcer substancialmente o valor justo a ser auferido quando da outorga de opções aos colaboradores.

26.1 Segundo Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações

Em agosto de 2023, os acionistas da Companhia aprovaram o Segundo Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações da Companhia, conforme Assembleia Geral Extraordinária da Companhia.

O plano contempla executivos, diretores estatutários e não estatutários, gerentes, supervisores, empregados e prestadores de serviços da Companhia e de suas controladas e que sejam considerados pessoas chave no desenvolvimento dos negócios da Companhia e das suas controladas.

26.1.1 Primeiro Programa do Segundo Plano

O primeiro programa de outorga de opções sob o Segundo Plano abrange a outorga de opções que conferem o direito de aquisição de, no máximo, 4.050.000 novas ações, representativas, na data de eficácia, de 0,68% do capital social da Companhia, em

bases totalmente diluídas.

	Data	Preço da opção R\$/opção	Preço de exercício R\$/ação	Total de opções outorgadas
Total Primeiro Programa do Segundo Plano				4.250.000
Opções outorgadas				
2º Programa	08/2023	1,71	13,71	4.250.000
Baixas e cancelamentos 2º programa	11/2023	-	-	(200.000)
				4.050.000

Para as outorgas, a metodologia utilizada para precificação do valor justo das opções é o modelo Black & Scholes. As opções outorgadas no âmbito do Primeiro Programa do Segundo Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações somente passarão a ser exercíveis, observadas as regras aplicáveis previstas em tal programa, a partir de 31 de agosto de 2028 e poderão ser exercidas em até 90 dias a partir de tal data.

O valor justo médio ponderado das opções concedidas durante o período, determinado foi de R\$ 2,11 por opção.

27. PROCESSOS JUDICIAIS

Política contábil

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável pela administração, com base na avaliação dos consultores jurídicos e puder ser mensurada com razoável certeza. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Processos judiciais cuja probabilidade de perda seja classificada como possível não são contabilizados como provisão, mas apenas divulgados nas notas explicativas. São denominados passivos contingentes.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, baseado na avaliação dos advogados externos.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Por sua natureza, os processos judiciais serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende diretamente da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da

Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

A Companhia é parte envolvida em ações cíveis, ambientais, tributárias, trabalhistas e regulatórias em andamento na esfera judicial, bem como em processos administrativos.

Provisões e passivos contingentes

Provisões em causas discutidas nas esferas administrativa e judicial, cuja expectativa de perda é classificada pela administração como provável, baseada na avaliação dos consultores jurídicos, foram contabilizadas na rubrica outras obrigações no montante de R\$ 2.360 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 962 em 2023).

Passivos contingentes em causas discutidas nas esferas administrativa e judicial, cuja expectativa de perda é classificada pela administração como possível, baseada na avaliação dos consultores jurídicos, não são contabilizados e estão detalhados no quadro a seguir:

Natureza	2024		2023	
	Quantidade de processos	Valor envolvido	Quantidade de processos	Valor envolvido
Ambiental	15	1.112	10	864
Cível – Geral	8	3.763	9	4.084
Imobiliário	4	2.309	7	934
Trabalhista	16	767	27	2.905
Tributário	39	24.790	39	16.249
Total	82	32.741	92	25.036

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Política contábil

A Companhia classifica ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente; e
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros são classificados como outros passivos financeiros.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, são ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Compreende o saldo de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros ativos e títulos e valores mobiliários. Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente no seu reconhecimento inicial, a Companhia pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento, especificamente. Atualmente a Companhia não trabalha com nenhum instrumento classificado nessa categoria.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado compreende no seu reconhecimento inicial o saldo dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos, opções de compra de ações e demais títulos e valores mobiliários.

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro passa a não ser mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais em uma transação que essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Hierarquia do valor justo

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo

e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

28.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Apresenta-se a seguir o valor contábil de todos os instrumentos financeiros reconhecidos no Balanço Patrimonial da Companhia:

	2024		Consolidado 2023	
	Nível 2	Nível 3	Nível 2	Nível 3
Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado				
Caixa e equivalentes	1.427.974	-	950.162	-
Aplicações financeiras - Caixa restrito	487.670	-	231.144	-
Clientes	618.241	-	466.838	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(11.736.149)	-	(9.752.545)	-
Fornecedores	(292.524)	-	(387.295)	-
Passivos de arrendamentos	(367.599)	-	(185.918)	-
Contas a pagar aquisição de empresas	(183.427)	-	(201.620)	-
Ativos e passivos financeiros ao valor justo				
Contratos futuros de energia ativos	771.696	-	806.589	-
Contratos futuros de energia passivos	(434.572)	-	(618.075)	-
Instrumentos derivativos posição ativa	337.124	-	188.514	-
Instrumentos derivativos posição passiva	-	-	(9.356)	-
Outros créditos - <i>Revenue put</i> (Nota 10)	-	77.188	-	77.048
Outros créditos - CRR e Trafigura (Nota 10)	1.706	-	14.787	-

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis. Em relação ao caixa restrito, são efetuadas aplicações em títulos de taxas pós fixadas, atreladas ao CDI e presume-se que seu valor justo esteja próximo ao saldo contábil. Em relação aos empréstimos e financiamentos, a Companhia possui operações contratadas substancialmente com o BNDES, remuneradas à TJLP, que é um instrumento de financiamento de projetos de longo prazo, para o qual não existe um mercado ativo, portanto, presume-se que o valor contábil esteja próximo ao valor justo.

28.1.1 Proteção de fluxo de caixa com derivativos

a) Derivativos de taxa de juros de empréstimos (swap)

A Companhia por meio de sua controlada Goodnight I Class B Member, LLC contratou instrumentos derivativos (*Swap*) com intuito de proteger a exposição da companhia em compromissos de empréstimos para desenvolvimento de projetos em solo americano, que expõe a companhia a flutuações nos valores dispendidos em contratos em dólar (USD+SOFR). Esses instrumentos não foram designados como

hedge accounting em sua adoção inicial, portanto, a marcação a mercado desses derivativos é diretamente registrada em conta de resultado financeiro do período.

b) Proteção de taxa de câmbio com derivativos

A Companhia por meio de sua controlada Serena Desenvolvimento S.A designou formalmente relações de hedge de fluxos de caixa para a proteção de fluxos futuros altamente prováveis expostos ao Euro referentes a empréstimos e financiamentos realizados nesta moeda (Resolução 4131, Nota 14). Com o objetivo de melhor refletir os efeitos contábeis da estratégia de *hedge* cambial, a Companhia e sua controlada designaram instrumentos derivativos contratados em Euro+6,084% x CDI+1,80% como instrumento de *hedge* de sua exposição. Com isso, a variação cambial decorrente dos passivos designados é registrada transitoriamente no patrimônio líquido e foi integralmente levada ao resultado decorrente do encerramento da posição em março de 2024.

c) Opção de venda de energia (ERCOT)

A Companhia por meio de sua controlada FGE Goodnight I LLC contratou como parte de sua estratégia de proteção a variação de preços no mercado de energia do Texas (ERCOT) opções de venda de energia para parte da produção da usina Goodnight I. Com esse instrumento parte da geração da usina obtém um piso de preço de venda. Como foi classificada como instrumento financeiro de nível 3 devido à complexidade de cálculo e variáveis não observáveis no mercado, parte do valor pago será amortizado durante o prazo do instrumento em 10 anos e o restante será ajustado pelo valor justo do instrumento a cada período de reporte.

28.1.2 Instrumentos de proteção: Derivativos

a) Posição da carteira de instrumentos financeiros derivativos

Swap cambial Euro+6,0824% x CDI+1,80%

A Companhia possuía operações de derivativos, para proteger sua dívida em EUR captada em agosto de 2023 pela sua controlada Serena Desenvolvimento S.A., no montante de EUR\$30 milhões (equivalente a R\$161 milhões) com custo compatível com o usualmente praticado pela Companhia, posição que foi integralmente encerrada em março de 2024.

Swap de taxa 3,828% x SOFR (*Term Loan*)

A Companhia tem operações de derivativos, para proteger sua dívida em USD para financiamento do projeto Goodnight 1 (*Term Loan*), com *notional* de US\$ 37.222 milhões (R\$ 202.787 milhões) em 31 de dezembro de 2024.

Abaixo é apresentada a posição dos derivativos:

Instrumento	Derivativo	Vencimento da operação	Moeda Notional	Notional	Valorização (R\$)		Valor justo (mercado) Valor a receber / (pagar)	Consolidado	
					Posição Ativa	Posição Passiva		2024	2023
3,828% a.a. x SOFR (i)	Swap de taxa	31/12/2033	USD	37.159	1.706	-	1.706	1.706	(571)
EUR X CDI (ii)	Swap cambial	28/02/2024	EUR	-	-	-	-	(6.678)	-
				37.159	1.706	-	1.706	(4.972)	(571)

- (i) Em dezembro de 2024. O *notional* contratado varia mensalmente conforme saldo devedor projetado dos financiamentos de projetos em desenvolvimento em Goodnight 1.
- (ii) Posição encerrada em março de 2024.

Classificação dos derivativos no balanço patrimonial e resultado

Instrumentos	Ativo			Passivo		Resultado financeiro líquido	Consolidado
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Total		2024
Preço energia (EUA - Texas)	18.561	58.627	77.188	-	-	58.640	
Preço energia (Ercot)	17.671	-	17.671	-	-	(15.133)	
3,828% a.a. X SOFR	-	-	-	1.706	1.706	7.167	
EUR X CDI	-	-	-	-	-	(6.678)	
Total Swap	36.232	58.627	94.859	1.706	1.706	43.996	

Instrumentos	Ativo			Passivo		Patrimônio líquido	Resultado financeiro líquido	Consolidado
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Total			2023
Preço energia (EUA - Texas)	25.422	51.626	77.048	-	-	-	(1.508)	
Preço energia (Ercot)	32.655	-	32.655	-	-	-	1.324	
3,828% a.a. X SOFR	-	-	-	2.763	2.763	-	5.745	
EUR X CDI	-	-	-	6.593	6.593	(4.103)	-	
Total Swap	58.077	51.626	109.703	9.356	9.356	(4.103)	5.561	

28.2 Análise da sensibilidade dos instrumentos financeiros

28.2.1 Aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos

Com o objetivo de verificar a sensibilidade das aplicações financeiras e dívidas a taxas de juros, na data de 31 de dezembro de 2024, foram definidos três cenários diferentes. Com base nos valores da CDI, TJLP e IPCA, foi definido o cenário provável para o período a partir de dezembro de 2024 com taxa de 10,40% para o CDI, 6,91% para TJLP e 4,23% para o IPCA e, a partir deste, calculadas variações de 25% e 50%. Para os contratos de dívida atrelados à moeda estrangeira, utilizamos a P-TAX de R\$ 5,5589 e SOFR média do período projetado de 5,34%.

Para cada cenário foi calculada a despesa/receita financeira bruta não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato. A data base utilizada para os financiamentos foi de 31 de dezembro de 2024, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade deles em cada cenário, conforme detalhado abaixo:

Empréstimos e financiamentos			Cenário					Consolidado
	Exposição	Risco	provável	possível 25%	possível 50%	possível -25%	possível -50%	
Geração	1.295.672	Variação do CDI	180.892	217.292	253.686	144.494	108.097	
Geração	3.137.661	Variação do IPCA	301.691	352.959	404.226	250.423	199.155	
Geração	1.830.770	Variação TJLP	193.981	231.043	268.105	156.919	119.857	
Desenvolvimento	1.049.097	Variação do CDI	158.789	191.504	224.218	126.074	93.360	
Desenvolvimento	2.125.148	Variação do IPCA	192.912	219.613	246.314	166.211	139.510	
Desenvolvimento	971.339	USD + 5,65% e 7,50%	62.869	78.586	94.303	47.152	31.434	
Desenvolvimento	222.673	SOFR + 1,75%	12.336	14.724	17.112	9.948	7.560	
Desenvolvimento	11.828	EURO + 3,83	453	567	680	340	227	
Em 31 de dezembro de 2024	10.644.188		1.103.923	1.306.288	1.508.644	901.561	699.200	
Em 31 de dezembro de 2023	9.800.989		985.781	1.171.813	1.375.137	805.165	621.841	

Aplicações financeiras			Cenário					Consolidado
	Indexador	Posição	provável	possível 25%	possível 50%	possível -25%	possível -50%	
Aplicações financeiras	CDI	1.345.255	163.232	204.040	244.848	122.424	81.616	
Caixa restrito	CDI	487.670	59.468	74.335	89.202	44.601	29.734	
Em 31 de dezembro de 2024		1.832.925	222.700	278.375	334.050	167.025	111.350	
Em 31 de dezembro de 2023		1.127.736	131.381	164.226	197.071	98.536	65.690	

Posição líquida		Cenário					Consolidado
		provável	possível 25%	possível 50%	possível -25%	possível -50%	
Em 31 de dezembro de 2024	8.811.263	881.223	1.027.913	1.174.594	734.536	587.850	
Em 31 de dezembro de 2023	8.673.253	854.400	1.007.587	1.178.066	706.629	556.151	

28.2.2 Derivativos de exposição de taxa

A Companhia considerou os cenários 1 a 4 com +50bps, -50bps, +100bps e -100bps de deterioração para volatilidade da taxa de empréstimos SOFR em moeda USD, utilizando como referência o valor presente líquido da dívida convertida a taxa de fechamento do dólar em 31 de dezembro de 2024. As taxas utilizadas na análise de sensibilidade e seus respectivos cenários são demonstrados a seguir:

Taxa	Taxa de juros	Cenário					Consolidado
		Provável	+50bps	-50bps	+100bps	-100bps	2024
SOFR	4,00%	4,00%	4,50%	3,50%	5,00%	3,00%	

Os possíveis efeitos no resultado, considerando os cenários 1 a 4 são demonstrados a seguir:

Instrumentos	Posição R\$	Risco	Cenário provável	Consolidado 2024			
				Cenário 1 +50bps	Cenário 2 -50bps	Cenário 3 +100bps	Cenário 4 -100bps
VPL Juros projetados em USD	40.738	SOFR	40.738	45.837	35.640	50.935	30.542
MTM Interest Rate (Swap)	(1.706)	SOFR	(1.706)	(6.385)	3.124	(10.921)	8.108
Posição líquida	39.032		39.032	39.452	38.764	40.014	38.650

28.3 Contratos futuros de comercialização de energia

	Consolidado	
	2024	2023
Ativo circulante	369.542	362.133
Ativo não circulante	402.154	444.456
Passivo circulante	(276.259)	(339.771)
Passivo não circulante	(158.313)	(278.304)
	337.124	188.514

As operações de trading compreendem posições *forward*, e são transacionadas em mercado ativo e, para fins de mensuração contábil, atendem a definição de instrumentos financeiros derivativos classificados como valor justo por meio do resultado. A Companhia tem contratos futuros de energia com vencimento até 2037. O resultado real dos instrumentos financeiros (contratos futuros), pode variar, uma vez que as marcações desses contratos foram realizadas considerando as respectivas datas-bases e o preço de mercado para valorar as exposições.

28.3.1 Análise de sensibilidade de contratos futuros

Os riscos atrelados à carteira de *trading* da Serena Energia estão ligados à variação do preço de energia. Com o objetivo de verificar a sensibilidade da exposição dos contratos de compra e venda de energia em 31 de dezembro de 2024, foram gerados cenários de variação de preços com objetivo de avaliar os impactos no resultado do Grupo.

Análise de sensibilidade é realizada conforme descrição abaixo:

	Consolidado				
	Cenário Provável	Cenário 1 +25%	Cenário 2 +50%	Cenário 3 -25%	Cenário 4 -50%
Em 31 de dezembro de 2024	337.124	421.405	505.686	252.843	168.562

O valor justo dos contratos de compra e venda de energia do Grupo foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. A taxa de desconto utilizada tem como referência a taxa de retorno livre de risco, ajustada pelo índice de inflação de cada contrato.

28.4 Risco de liquidez

A tabela a seguir analisa passivos financeiros por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela abaixo são fluxos de caixas não descontados contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Consolidado	
					2024	2023
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.687.111	2.495.448	4.730.874	7.404.698	17.318.131	12.561.806
Passivos de arrendamentos	37.408	69.883	164.017	467.121	738.429	293.559
Contas a pagar aquisição de empresas	80.962	5.429	1.388	-	87.779	216.877
Contratos futuros de energia	1.269.178	1.002.989	1.271.665	919.116	4.462.948	2.188.745

29. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

Os principais compromissos da Companhia e suas controladas relacionados a contratos de longo prazo, são demonstrados a seguir:

	2025	2026	De 2027 a 2029	A partir de 2030	Consolidado
					Total
Serviços de operação e manutenção - O&M	178.823	159.717	386.009	177.466	902.015
Contratos de comercialização de energia (i)	2.364.574	1.587.132	2.175.050	1.052.628	7.179.384
Total	2.543.397	1.746.849	2.561.059	1.230.094	8.081.399

(i) Referem-se a contratos de comercialização de energia do portfólio da Companhia.

30. INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES AOS FLUXOS DE CAIXA

A Serena Energia apresenta a conciliação da movimentação patrimonial, incluindo mudanças decorrentes de fluxos de caixas nas atividades de financiamentos e mudanças que não impactam caixa.

	Nota	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Passivos de arrendamentos	Patrimônio líquido	Consolidado
					Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		9.752.545	185.918	5.241.747	15.180.210
Transações com impacto no fluxo de caixa de atividade de financiamentos					
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	14	2.535.122	-	-	2.535.122
Integralização de capital social em controladas por não controladores	22.5	-	-	30.241	30.241
Pagamento de principal	14/20	(2.271.352)	(33.571)	-	(2.304.923)
		263.770	(33.571)	30.241	260.440
Outros movimentos que não afetam o fluxo de caixa de atividade de financiamentos					
Pagamento de juros	14	(969.701)	-	-	(969.701)
Amortização Tax Equity – Créditos PTC	14	(57.599)	-	-	(57.599)
Juros, variações monetárias e amortização de custo de transação	14/20	1.068.849	24.312	-	1.093.161
Efeito de conversão de moeda estrangeira	-	514.300	-	128.898	643.198
Aquisição de empresas VDB 1, 2 e 3	5.1.1	1.163.269	34.789	1.976	1.200.034
Remensuração e baixas	20	-	156.151	-	156.151
Perda na integralização de capital	-	-	-	(64)	(64)
Variação cambial	14	716	-	-	716
Lucro do exercício	22.4	-	-	297.423	297.423
		1.719.834	215.252	428.233	2.363.319
Saldos em 31 de dezembro de 2024		11.736.149	367.599	5.700.221	17.803.969

Abaixo estão as transações de investimentos que não envolvem caixa.

	Consolidado	
	2024	2023
Remensuração e baixa de ativo direito de uso	42.010	74.388
Remensuração descomissionamento	156.892	48.522
Diluição de participação na Arco Energia	30.241	(2.555)
Captação de empréstimos e financiamentos	-	(131.960)
Efeito de conversão de moeda estrangeira	126.485	(33.089)
Permuta de ações – Pirapora e Ventos da Bahia	923.267	-

GOVERNANÇA CORPORATIVA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Carlos Reis de Magalhães Neto
Alberto Fernandes
Antonio Augusto Torres de Bastos Filho
Eduardo Mufarej
Eduardo de Toledo
Fernando Shayer
Gustavo Rocha Gattass
Michael Harrington
Nicolas Escallon

CONSELHO FISCAL

Membros efetivos
Bruno Meirelles Salotti
Ricardo Scalzo
Marcos Almeida Braga

Membros suplentes
Tiago Isaac
Luiz Fernando Ferraz de Rezende
Vera Elias

COMITÊ DE AUDITORIA E GESTÃO DE RISCOS

Eduardo de Toledo
Flávio César Maia Luz
Walter Iorio

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Antonio Augusto Torres de Bastos Filho
Andrea Sztajn
Alexandre Tadao Amoroso Suguita

William Franco de Oliveira
Contador
CRC ISP256533/O-3

* * *

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Serena Energia S.A.
(Anteriormente denominada
Omega Energia S.A.)
Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2024
e relatório do auditor independente

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Serena Energia S.A.
(Anteriormente denominada
Omega Energia S.A.)

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Serena Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

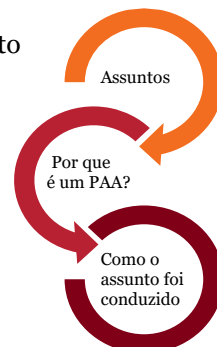
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Serena Energia S.A.
(Anteriormente denominada
Omega Energia S.A.)

Porque é um PAA

Permuta de ações - Pirapora e Ventos da Bahia (Combinação de negócios realizada em estágios - Ventos da Bahia)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e sua controlada Serena Geração, efetuou uma operação de troca de ações, por meio do contrato de permuta com a EDF EN do Brasil Participações Ltda., trocando sua participação societária que representa 50% das ações da companhia detentora do Complexo Solar Pirapora pelo adicional da participação societária que representa 50% das ações da companhia detentora do Complexo Eólico de Ventos Da Bahia.

O processo de avaliação e mensuração dos ativos adquiridos e passivos assumidos a valores justos e a determinação do preço de compra foi conduzido pela administração da Companhia e envolveu a contratação de especialistas externos, além do exercício de julgamento e uso de estimativas. Essas estimativas associadas com a contabilização de uma aquisição de combinação de negócios envolvem premissas relevantes, como fluxo de caixa projetados e determinação de taxas de descontos desses fluxos de caixa, na determinação do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos.

Devido à relevância das aquisições e a complexidade e julgamento envolvidos na identificação e determinação dos valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos, a referida combinação de negócio foi considerada como área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos processos estabelecidos pela administração para a determinação e alocação do preço de compra.

Efetuamos avaliação dos contratos de compra e venda, e com auxílio de especialistas, foi feita avaliação da metodologia e premissas utilizadas para mensuração a valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, incluindo as premissas utilizadas pela Companhia e sua controlada.

Adicionalmente foi feita comparação dos valores apurados nos relatórios de alocação do preço na combinação de negócio com os respectivos saldos contábeis e verificamos, as divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para determinação do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos são razoáveis e as divulgações em notas explicativas são consistentes com dados e informações obtidas.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 -

Serena Energia S.A.
(Anteriormente denominada
Omega Energia S.A.)

"Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Serena Energia S.A.
(Anteriormente denominada
Omega Energia S.A.)

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.



Serena Energia S.A.
(Anteriormente denominada
Omega Energia S.A.)

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2025

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5